

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



6ª Reunião da Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros

30 de junho de 2005

Local: Sala 606, Centre/IBAMA - Brasília/DF

(Transcrição ip[s]is verbis)

[Stenotype Brasil Ltda.]

1 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

2

3 Declaro aberta a 6ª Reunião da Câmara Técnica de Biodiversidade,
4 Fauna e Recursos Pesqueiros. Antes de mais nada, eu sou Elizabeth
5 Höfling e fui eleita na última reunião da Câmara Técnica para presidir.
6 E eu pediria, eu não conheço todos, eu pediria que cada um se
7 apresentasse, porque realmente vai ficar difícil, eu não sei quais são
8 os membros da Câmara Técnica e outras pessoas. Por favor.

9

10 **Júlio Carlos França Rezende – Ministério da Ciência e**
11 **Tecnologia**

12

13 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

14

15 **Paulo Nogueira-Neto – ADEMA**

16

17 **João Batista Monsã - ADEMA**

18

19 **Danielle Blanch - Secretária de Biodiversidade e Florestas do**
20 **Ministério do Meio Ambiente.**

21

22 **Márcio Vaz - professor da Universidade Federal do Maranhão,**
23 **consultor da ABCC - Associação Brasileira de Criadores de**
24 **Camarão.**

25

26 **Juciara Elise Pelles, da Diretoria de Fauna e Recursos**
27 **Pesqueiros do IBAMA.**

28

29 **Clarissa Presotti, Elabore, empresa ambiental de Brasília.**

30

31 **Maria Ceicilene Rego, eu sou da Secretaria de Qualidade**
32 **Ambiental em Assentamentos Humanos do Ministério do Meio**
33 **Ambiente.**

34

35 **Wanderlei Reinecke, eu trabalho na DILIC, Diretoria de**
36 **Licenciamento Ambiental junto ao IBAMA.**

37

38 **João Nicolodi – Projeto Gestão de Ambientes Costeiros e**
39 **Marinhos do Ministério do Meio Ambiente.**

40

41 **Dominique Louette - Assessora Técnica do CONAMA.**

42

43 **Marcelo Sampaio, diretor em exercício de Desenvolvimento da**
44 **Aqüicultura e Pesca, da Secretaria Especial de Aqüicultura e**
45 **Pesca da Presidência da República.**

46

47 **Felipe Monteiro Diniz, assessor técnico do CONAMA.**

48

49 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

50

51 Vamos dar início à ordem do dia, não há ordem do dia, mas
52 inicialmente a eleição do vice-presidente da Câmara Técnica. O vice-
53 presidente deve ser um membro da Câmara Técnica, não deve ser o
54 suplente, no caso, o meu próprio suplente. Então a representação é
55 da própria Câmara Técnica. Foram preparadas cédulas de votação,
56 mas antes eu gostaria que os candidatos se apresentassem.

57

58 **Paulo Nogueira-Neto – ADEMA**

59

60 ADEMA, inclusive os nossos diretores residem aqui em Brasília.

61

62 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

63

64 Mais alguém se apresenta? Na realidade, só por uma formalidade nós
65 vamos passar a cédula... Então, Dr. Paulo, o senhor é eleito por
66 aclamação, meus parabéns, eu espero contar com um vice-presidente
67 atuante como o senhor sempre foi.

68

69 **Paulo Nogueira Neto – ADEMA**

70

71 Obrigado.

72

73 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

74

75 Bom, na ordem do dia, nós temos como primeiro item... que seria
76 Licenciamento Ambiental, mas o seguinte item, que trata de
77 carcinicultura, foi solicitada uma inversão de pauta para que sejam
78 apresentados os dados sobre o seminário que eu acho que seria da
79 sua... Então, eu passo a palavra...

80

81 **Maria Ceicilene Rego - Secretária de Qualidade Ambiental em**
82 **Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente**

83

84 Obrigada, Presidente. Eu tinha um compromisso assumido
85 previamente, eu vou ter que me ausentar logo após essa minha fala.
86 Primeiro de tudo, eu gostaria de informar que a questão da
87 carcinicultura para o Ministério do Meio Ambiente é uma questão de
88 prioridade e para a Secretaria de Qualidade Ambiental também. A
89 Secretaria, em conjunto com a ADEMA e o IBAMA, ela estará
90 promovendo um seminário: *Carcinicultura e o Licenciamento*
91 *Ambiental*. Nós pretendemos realizar este evento na semana de 13
92 de setembro a 15, no Nordeste, lógico que essa data ainda está em
93 negociação, a princípio tínhamos pensado na primeira ou segunda
94 semana de setembro. Vai ter um grande evento no Nordeste sobre a
95 desertificação e a ADEMA nos solicitou que fosse modificada esta
96 data. Pensamos na semana do dia 13 à 15, mas estamos ainda em

97 construção dessa pauta, acredito que possa haver outras mudanças.
98 Nós pretendemos convidar várias entidades do setor, vários órgãos...
99 envolvidos no tema e estaria mais ou menos, como eu comentei, em
100 construção dessa programação, mas ou menos seriam distribuídos
101 esses painéis nesse seminário da seguinte forma: teria uma abertura,
102 a nossa Ministra, representante da Secretária Especial da Aquicultura
103 e Pesca e da ADEMA. Posteriormente, entraremos no painel
104 *Carcinicultura e Meio Ambiente* e estamos desenvolvendo os temas
105 que serão discutidos. O segundo painel seria *Processos Produtivos e*
106 *Conservação Ambiental - desafios para o desenvolvimento*
107 *econômico*. O terceiro painel seria *Procedimentos - experiências*
108 *nacionais e internacionais*. O quarto painel seria *Licenciamento*
109 *ambiental - aspectos legais*. Posteriormente, iremos discutir outros
110 instrumentos de planejamento e gestão e suas interfaces com o
111 licenciamento. Após a apresentação de todos esses painéis e debates,
112 a nossa idéia é dividir os representantes, as OEMAS e o IBAMA para a
113 discussão sobre o procedimento do licenciamento ambiental na
114 carcinicultura e a partir daí ouviríamos as sugestões desses órgãos
115 ambientais com relação ao licenciamento, subsídios para o
116 planejamento e até para formulação ou reformulação de normas. A
117 princípio era só isso que eu queria informar. Se há algum
118 questionamento...

119

120 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

121

122 O nosso entendimento, no momento em que na plenária do CONAMA
123 decidimos... era na verdade uma votação de uma Resolução CONAMA
124 sobre a carcinicultura, que foi alterada para... de acordo para um
125 seminário que trataria da questão da carcinicultura como um todo no
126 país. Naquele momento, nós havíamos consensuado que a montagem
127 desse seminário se daria com a participação do IBAMA e da
128 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Você está apresentando
129 uma proposta de seminário que não foi numa Câmara Técnica do
130 CONAMA efetivamente trabalhada da forma como havia sido
131 consensuada na plenária do CONAMA. Ou seja, não sei se o IBAMA
132 participou. Não participou? Pois é. A Secretaria Especial de
133 Aquicultura e Pesca também não participou. E nós temos dentro da
134 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca uma Coordenação Geral de
135 Aquicultura que trabalha justamente no planejamento da
136 carcinicultura. Talvez devamos rever a metodologia que está sendo
137 adotada, chamar os demais órgãos da administração federal que
138 deveriam ter participado desse processo e até agora não foram
139 chamados a participar pelo Ministério do Meio Ambiente. Tem que
140 haver esse chamamento, a gente tem que se reunir para daí sim
141 haver uma proposta de estruturação desse seminário. Isso foi o que
142 foi consensuado na plenária do CONAMA.

143

144

145 **Maria Ceicilene Rego - Secretária de Qualidade Ambiental em**
146 **Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente.**

147

148 Concordo com você, Marcelo. Quando nós fomos convidados pelo
149 CONAMA para apresentar o que o Ministério do Meio Ambiente está
150 pretendendo, a gente não sabe... esse seminário está em construção.
151 Tanto que faltam três meses. E o que nós tínhamos falado é
152 justamente isto: nós estamos discutindo dentro da Secretaria e a
153 partir daí nos vamos submeter para os demais envolvidos. É óbvio
154 que em nenhum momento estamos impondo uma programação;
155 como eu falei desde o início, está em construção. E dentro do próprio
156 Ministério ainda vai ocorrer mudanças, porque envolve Secretaria de
157 Biodiversidade e Floresta, Secretaria de Desenvolvimento
158 Sustentável, IBAMA com todas as diretorias envolvidas, a SEAP e
159 outros entes que a gente pretende convidar também para participar
160 do evento e que vão ler a programação e dar sugestões.

161

162 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

163

164 Eu me sinto plenamente esclarecido, só quero ressaltar que no caso a
165 SEAP e o IBAMA, eles não seriam como os outros entes que vão
166 participar, seriam órgãos da administração pública federal que
167 deveriam construir conjuntamente com o Ministério do Meio Ambiente
168 a proposta. Mas eu entendo que o que está sendo apresentado é uma
169 idéia preliminar concebida pelo Ministério do Meio Ambiente, até
170 porque está sendo apresentada aqui em linhas gerais, do que poderia
171 ser a estrutura desse seminário e que nós estaremos em breve sendo
172 chamados pelo Ministério do Meio Ambiente para participar da
173 elaboração da estrutura desse seminário. Eu agradeço.

174

175 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

176

177 Eu acho o seguinte: já que é uma proposta ainda do Ministério, isso
178 tem que ser coordenado entre as partes e aí sim vir para cá como
179 uma proposta definitiva quanto ao seminário, se vai ser um seminário
180 ou outro tipo de evento. Eu acho que não deve ser apreciado dentro
181 da reunião, porque efetivamente há um conflito de partes
182 interessadas, conflito no sentido de coordenação, de trazer uma
183 proposta fechada para a gente aqui. Eu solicito que não entre na
184 pauta isso como ponto de pauta.

185

186 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

187

188 Claro, eu agradeço a sua intervenção, porque o assunto de pauta na
189 realidade é a revisão da Resolução CONAMA 312/02 que dispõe sobre
190 o licenciamento ambiental deste empreendimento. Este era um
191 informe a ser dado à Câmara Técnica. Então, esse não é o assunto de
192 discussão dessa Câmara Técnica no momento, mas sim o nosso item

193 de pauta que é a revisão da Resolução CONAMA 312/02. Como nós
194 invertemos a pauta, quanto à dinâmica desse seminário, como isso
195 será resolvido dentro do Ministério, acho que as partes vão entrar
196 num acordo e discutir. O que nos interessa é a revisão da Resolução
197 CONAMA 312/02 que é o item de pauta.

198

199 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

200

201 Na verdade, a inversão da pauta tinha sido considerada em função do
202 Ministério do Meio Ambiente ter colocado como urgência, já que havia
203 um outro compromisso, ou seja, não havendo mais esclarecimentos e
204 informes a esta Câmara Técnica, eu acho que poderia ser mantida a
205 cronologia estabelecida aqui na pauta anterior. Afinal nós,
206 juntamente com o IBAMA, gostaríamos de estar fazendo um
207 comunicado a respeito da questão do andamento do licenciamento
208 ambiental da aquicultura.

209

210 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

211

212 Eu não vejo em que a ordem dos fatores alteraria aqui a nossa
213 discussão, porque nós temos o dia todo para discutir esses itens que
214 constam de pauta. Então eu submeto aos membros da Câmara
215 Técnica se nós voltamos ao item 1 ou se continuamos nesse item, já
216 que começamos a discutir carcinicultura. Dr. Paulo?

217

218 **Paulo Nogueira Neto – ADEMA**

219

220 Isso me lembra uma reunião que dizem que houve há muitos anos
221 atrás. O presidente disse para os membros: "Agora queremos o seu
222 voto". E ele dizia: "Eu não posso votar". "Mas por que o senhor não
223 pode votar?" "Eu não posso votar, porque as minhas instruções são
224 de votar de acordo com a maioria". (risos) Eu não tenho opinião
225 formada a respeito. Eu acho que é um assunto que precisa de um
226 consenso nacional, não só das entidades governamentais como não
227 governamentais também. Então eu acho que um informe que for
228 feito, muito bem, é para se discutir num informe. Mas na realidade
229 nós não vamos resolver esse assunto...

230

231 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

232

233 Então os outros membros concordam que a gente volte ao início da
234 pauta? Então vamos entrar no licenciamento ambiental de
235 aquicultura. É uma proposta da Secretaria Especial de Aquicultura e
236 Pesca que visa, dentro da documentação, eu não sei se os colegas
237 conselheiros conseguiram capturar a matéria na página do CONAMA.
238 Foi enviado pelo correio, mas não todos os documentos foram
239 enviados. Todos receberam o que foi enviado pelo correio, mas todos
240 os itens que constam da pauta, nós não temos. Alguns... vocês

241 conseguiram retirar? Porque houve uma certa dificuldade. Eu imagino
242 que o Marcelo, como representante do SEAP deve ter os seus
243 esclarecimentos, porque é a SEAP que está propondo esse assunto.

244

245 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

246

247 A Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca na verdade colocou esse
248 item na pauta, haja vista as enormes dificuldades para a efetivação
249 do licenciamento ambiental da aqüicultura no Brasil. Ou seja, quando
250 nós percebemos a necessidade de fazer o planejamento e o
251 desenvolvimento ordenado e sustentado da aqüicultura, nós nos
252 deparamos com uma enorme dificuldade na efetivação do
253 licenciamento ambiental, ou seja, porque sem o licenciamento
254 ambiental não é possível fazer nenhuma efetivação de uma política
255 de fomento, mesmo que ela esteja calcada, fundamentada e
256 arraigada em princípios de sustentabilidade ambiental. Até mesmo
257 para o sujeito que conseguiu crédito no banco para fazer todas as
258 exigências previstas, como o saneamento do seu empreendimento do
259 ponto de vista ambiental, precisa ter efetivamente o licenciamento.
260 Então, o que nós observamos é que existe uma série de pontos que
261 são colocados de forma... sobreposição de competências, são
262 colocadas dificuldades em relação a procedimentos, dificuldades
263 inclusive do ponto de vista da avaliação dos empreendimentos de
264 aqüicultura, isso em nível nacional. E consensuados com o IBAMA,
265 nós estamos minutando, preparando para apresentação a esta
266 Câmara Técnica, uma minuta de Resolução CONAMA, nós estamos
267 elaborando, no caso, a Secretária Especial de Aqüicultura e Pesca, no
268 que tange à diretoria de Desenvolvimento da Aqüicultura, juntamente
269 com a DIFAP, Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA,
270 nós estamos preparando uma minuta que, obviamente não visa ser
271 específica em relação a cada procedimento, porque isso caberá ao
272 órgão ambiental executor, ao que nós imaginamos, o órgão ambiental
273 estadual, em função da dimensão do impacto da aqüicultura,
274 obviamente recairia sobre as OEMAS. Então, neste sentido, estamos
275 elaborando linhas gerais do processo de licenciamento visando
276 justamente mitigar as áreas que a gente chama de áreas nebulosas
277 no processo de licenciamento. Entre elas, obviamente, a questão das
278 competências. A quem compete o licenciamento ambiental? A gente
279 tem visto a todo momento uma série de ações, inclusive do próprio
280 Ministério Público, dizendo: "Olha, não é a OEMA" descaracterizando
281 completamente o trabalho das OEMAS, ou seja, o órgão ambiental
282 estadual faz o licenciamento ambiental e aí vem o Ministério Público e
283 diz que o licenciamento ambiental feito pelo órgão ambiental estadual
284 não vale nada. Quem tem que fazer é o IBAMA, ou seja, isso tem que
285 estar muito clarificado para que a gente não tenha uma implosão do
286 SISNAMA. Ou seja, uma descaracterização do Sistema Nacional do
287 Meio Ambiente, ou seja, ou a gente vai replicar a estrutura federal
288 em todos os... diligenciamentos, em todos os estados. Dessa forma,

289 o ideal seria, no nosso entendimento, cessar o processo de
290 licenciamento feito pelos estados, o Estado não licencia mais, e passa
291 a fazer efetivamente o licenciamento ambiental o órgão ambiental
292 federal, o que nós todos sabemos, não será possível, haja vista
293 inclusive as condições logísticas operacionais e de contingentes do
294 órgão ambiental federal para fazer esse tipo de licenciamento. Um
295 outro ponto importante que está sendo colocado nesta pauta de
296 discussão é justamente a questão de dominialidade do bem e a
297 capacidade, a necessidade de ser o órgão ambiental federal ou
298 estadual a licenciar. Do que eu estou falando? Eu estou falando
299 basicamente dos corpos d'água de domínio da União, do mar
300 territorial, dos rios federais, e dos demais corpos d'água, assuntos do
301 DNOCS, do CODS...., rios federais. em função da dominialidade do
302 bem, algumas pessoas têm feito interpretações que nos parecem
303 equivocadas de que "olha, no mar territorial quem licencia é o IBAMA,
304 ou "no rio federal quem licencia é o IBAMA", quando na 6.938 que
305 estabelece o licenciamento ambiental como instrumento da Política
306 Nacional do Meio Ambiente e na Resolução CONAMA 312, fica
307 caracterizado que a função da dimensão do impacto, ou seja, esse
308 impacto significativo de nível nacional ou regional para que seja um
309 licenciamento efetivado pelo órgão ambiental federal. E logo embaixo
310 eu estou falando inclusive de ..., mas acima está dito lá, o
311 empreendimento precisa primeiro ser caracterizado como de
312 significativo impacto e esse impacto precisa ser de nível regional ou
313 nacional. Então, algumas nuances precisam ser clarificadas. Como
314 estamos fazendo isso? Nós não pretendemos trazer à Câmara Técnica
315 um assunto que a gente consideraria verde, não debatido pelo órgão
316 que efetivamente faz o licenciamento ambiental ou pelo que deveria
317 ou poderia fazer o licenciamento ambiental e também pelo órgão de
318 fomento. A idéia é consensuar uma minuta, trazer essa minuta
319 consensuada, algo plausível, factível, estruturado em pareceres
320 técnicos, para que possamos através desta resolução do CONAMA
321 estar diluindo todos esses entraves e proporcionando ao país a
322 execução de uma política de fomento voltada à produção de
323 pescados, calcada em sustentabilidade, com respeito às questões
324 sociais e econômicas. E que leve este país a utilizar efetivamente o
325 seu enorme potencial para a produção de pescados. A consideração é
326 esta, eu gostaria, se possível, passar a palavra ao Dr. Felipe
327 Matarazzo Suplicy. O Dr. Felipe é coordenador geral da área de
328 Maricultura da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e está
329 aqui, na verdade, numa posição de assessoramento da Secretaria.

330

331 **Felipe Matarazzo Suplicy – Coordenador Geral de Maricultura**
332 **da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

333

334 Bom dia, eu sou Felipe Suplicy, sou coordenador geral de Maricultura
335 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Quero lembrar
336 também, eu fui relator dessa proposta de pauta para a Câmara

337 Técnica, licenciamento ambiental da aquicultura. E o que levou a
338 SEAP a propor este sistema de pauta foi um relatório que nós
339 fizemos, um diagnóstico do procedimento de licenciamento ambiental
340 em diversos estados. Então, nós consultamos as OEMAS e
341 conseguimos pegar como é... as documentações exigidas, qual é a
342 tramitação e como se dá o procedimento de licenciamento ambiental.
343 E fazendo uma comparação dos diversos procedimentos nos estados,
344 nós vimos uma grande heterogeneidade em termos de exigências,
345 em termos de procedimentos, em termos de tramitação e
346 principalmente de valores, numa grande parte de valores até
347 inacessíveis para pequenos aquicultores que trabalham em um
348 esquema de aquicultura familiar, mão-de-obra familiar. Então, nesse
349 sentido, a idéia é fazer uma recomendação através da Resolução
350 CONAMA sobre licenciamento ambiental da aquicultura para dar umas
351 diretrizes básicas para o licenciamento ambiental. Em alguns estados
352 têm procedimentos para organismos... por exemplo, peixes,
353 camarões, mas não há para moluscos, em alguns estados nem tem
354 para nenhum organismo definido ainda. Neste sentido, ratificando a
355 proposta do Marcelo para discutirmos isso no IBAMA, e lembrar que
356 nessa discussão nós estamos nos baseando nas recomendações da
357 Organização de Agricultura e Alimentos das Nações Unidas, a FAO,
358 da ONU, e que está nos subsidiando com bastante informações sobre
359 procedimentos de licenciamento ambiental e planejamento da
360 aquicultura sustentável em países que já tem décadas de
361 desenvolvimento da atividade que poderão servir como um caminho
362 de partida para que nós façamos uma boa resolução que possa
363 nortear os rumos da aquicultura sustentável. Obrigado.

364

365 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

366

367 Alguém mais quer se manifestar?

368

369 **Paulo Nogueira Neto – ADEMA**

370

371 Eu gostaria de me manifestar. Eu acho que... eu acompanho esse
372 assunto já há alguns anos. Já há uns quatro ou cinco anos atrás que
373 havia reuniões para resolver o assunto em termos de CONAMA. Na
374 realidade, esse assunto talvez seja o assunto ambiental brasileiro
375 mais complexo e a gente tem que procurar um consenso, porque
376 estão envolvidos interesses econômicos nos estados, depende muito
377 das prefeituras, mas por outro lado tem toda uma legislação
378 ambiental que regula os assuntos de modo geral. Só para lembrar
379 alguns aspectos: a fauna pertence ao Governo Federal, ou seja, à
380 União. Então, toda regulamentação que envolve fauna, a União é
381 responsável por ela. Ainda agora no CONAMA, meses atrás, a
382 proposta inicial minha, muito discutida sobre os criadouros de
383 abelhas indígenas, por quê? Porque abelhas indígenas elas são da
384 fauna. Você não pode exigir que o veterinário examine abelha por

385 abelha, ou coisa desse tipo, porque há muita coisa peculiar em
386 relação às abelhas, então o CONAMA fez uma resolução procurando
387 conciliar as várias questões e agora está começando a ter retorno.
388 Por outro lado, a gente tem um fato biológico extremamente
389 importante de que os manguezais são estuários naturais, são os
390 grandes criadouros de peixes. Quando se mexe no manguezal nós
391 estamos impactando a pesca oceânica. pelo menos a costeira. São
392 assuntos extremamente difíceis, complexos, e os estados também
393 têm áreas diferentes. A faixa que está no Amapá de manguezais, o
394 apicum, por exemplo, é um assunto extremamente debatido. Então a
395 complexidade é extremamente grande e eu acho que nós estamos
396 aqui no caminho certo, debater amplamente o assunto para ver se
397 chega a uma conclusão, inclusive se for preciso, modificando a
398 legislação, porque eu acho que é extremamente desgastante,
399 impossível mesmo, aprovar alguma coisa em desacordo com a
400 legislação existente.

401

402 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

403

404 Obrigada, Dr. Paulo. O Marcelo acabou de me informar que o SEAP
405 gostaria de desvincular assunto carcinicultura desse outro tema.

406

407 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

408

409 Na verdade, a gente consensuou com a DIFAP inclusive, que a gente
410 trataria esta Resolução CONAMA da aqüicultura, essa mais genérica,
411 a gente desvincularia da questão da carcinicultura. A carcinicultura,
412 justamente por ser uma temática polêmica, a gente estaria tratando
413 ela da forma como está sendo tratada, com uma Resolução
414 específica, ou seja, na revisão da 312. Esta outra resolução ela visa
415 dirimir os pontos críticos mais genéricos da aqüicultura. A gente está
416 falando aí da aqüicultura em tanques cavados, nas propriedades, a
417 aqüicultura exercida entre as redes, nos reservatórios, nos rios, no
418 mar, aqüicultura desenvolvida, por exemplo, a maricultura, em *long*
419 *line*, nas estruturas de cultivo flutuantes para ostras, mexilhões.
420 Esses seriam enfoques dessa resolução mais genérica. A
421 carcinicultura continuaria sendo tratada em uma resolução específica.
422 Eu percebo, como o Dr. Paulo acabou de falar, realmente existem
423 questões que são mais polêmicas e que precisam ser profundamente
424 debatidas e a gente tem que sair daqui com uma solução definitiva de
425 quais são as diretrizes, inclusive para que essa secretaria esteja
426 atuando na sua política de fomento em consonância com a política
427 ambiental. O que se quer fazer é o desenvolvimento calcado na
428 sustentabilidade. E para isso nós vamos pegar todas as diretrizes da
429 política de meio ambiente e vamos incorporá-las à política de
430 fomento. Concordo plenamente.

431

432

433 **Juciara Elise Pelles - Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros**
434 **do IBAMA**

435

436 Só queria fazer uma intervenção, como Conselho Nacional do Meio
437 Ambiente, o Conselho tem uma Resolução que pra mim é bem geral.
438 E o que a gente está lutando no Conselho é que cada atividade está
439 pedindo uma resolução específica sobre sua atividade. A gente só
440 está fazendo, praticamente, resoluções de licenciamento. Eu não
441 conheço em particular a aqüicultura e a carcinicultura, mas no meu
442 entendimento é a mesma atividade, só que são espécies diferentes.
443 Eu pessoalmente não poderia entender que a gente tivesse no
444 CONAMA, fora o fato de que a gente tem resoluções por atividade,
445 que a gente fosse ter duas resoluções diferentes, uma quando se
446 trata de peixe e outra quando se trata de camarão. É um
447 questionamento meu como pessoa que vê de fora o trabalho do
448 CONAMA.

449

450 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

451

452 Eu quero só resgatar um pouco a história, isso já esteve na pauta em
453 reunião do ano passado, em julho do ano passado, e eram três
454 processos: um desses era o licenciamento da aqüicultura, o outro era
455 da carcinicultura e um terceiro sobre introdução de espécies exóticas
456 na questão de cultivos em apicuns. E a proposta então era a criação
457 de um GT para discutir justamente dentro dessa proposta, porque
458 fica essa multiplicação de resoluções específicas... pra que se criasse
459 um grupo de trabalho, na época já tinha até uma coordenação, e
460 temos aqui um pouco da história disso. Eu queria saber, Marcelo,
461 como ficou, porque se está tratando especificamente dessa resolução,
462 talvez fosse interessante ou resgatar... A minha proposta é que a
463 gente volte à questão do GT, que esse grupo de trabalho busque
464 harmonizar isso para dirimir esse tipo de problema, pra gente não
465 ficar sempre repetindo...

466

467 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

468

469 No meu entender, a gente não deve tratar tão separadamente, não.
470 Eu acho que todos esses aspectos estão interligados, tanto a
471 aqüicultura, seja ou não carcinicultura, como a carcinicultura e a
472 introdução de espécies exóticas, todos esses temas estão
473 interligados. Não há como nós falarmos de um dos temas sem
474 envolvermos o outro.

475

476 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

477

478 Talvez eu não me fiz entender, justamente concordando com a
479 senhora, a idéia é justamente juntar tudo...

480

481 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

482

483 Diante da proposta do Marcelo que visa apenas a aqüicultura sem
484 envolver a carcinicultura, fica muito difícil, porque um tema está
485 relacionado ao outro, nós não podemos de forma alguma deixar de
486 lado. Um outro aspecto que nós devemos ter em mente quando nós
487 tratamos desse tema, como bem disse o Dr. Paulo, tão polêmico, que
488 é a criação em larga escala e isso realmente tem causado sérios
489 problemas não só no Brasil como em todo o mundo. A introdução de
490 espécies exóticas: eu acho que nós temos de dar uma parada,
491 analisar isso muito bem, porque cada vez mais estamos vendo no
492 mundo inteiro e principalmente no Brasil, acidentes ecológicos sérios
493 que advêm dessa introdução. O meu suplente no CONAMA, que é o
494 suplente da Comunidade Científica, ele inclusive trabalha com peixes,
495 é uma pessoa ligada à área, o mar , e etc. enviou recentemente uma
496 carta ao SEAP alertando sobre estes problemas. Porque o cultivo tem
497 que ser feito com muita cautela. Nós estamos, qualquer um,
498 introduzindo espécies, porque nós estamos diante de um sério
499 problema brasileiro e não sabemos aonde vamos chegar. Eu acho que
500 nós não devemos desvincular, eu acho que são temas que estão sim
501 juntos e a proposta de mudança da resolução quanto à carcinicultura
502 vem a calhar para aquele problema imediato que é englobar
503 manguezal, não só a floresta do manguezal. Então eu não sei, e acho
504 que o representante do IBAMA gostaria de se manifestar e eu vou
505 passar a palavra, depois eu continuo.

506

507 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

508

509 Primeiro a respeito do GT. Em relação ao GT, a secretaria vê muito
510 pertinente que a gente dê continuidade ao GT, porque é no GT que
511 efetivamente vamos ter uma discussão mais técnica e detalhada, ao
512 invés de estarmos aqui emitindo opiniões sem uma fundamentação
513 técnica consistente, sem termos ouvido aqui os especialistas no
514 assunto e sim emitindo posições pessoais. Passaríamos a trabalhar
515 em cima de um relatório técnico elaborado por esse GT e proposições
516 consensuadas ou minimamente estruturadas por especialistas da área
517 técnica. Então, a secretaria vê com muito bons olhos a questão do GT
518 e percebe que isso talvez seja um encaminhamento. Segundo, que
519 em relação à tipificação feita de a tratar resolução X ou tratar
520 resolução Y, ou rever, isso já é fruto do que estava na pauta da
521 Câmara Técnica, ou seja, não é que a SEAP está propondo agora. Já
522 havia nessa pauta de GT, tratar de uma Resolução para introdução de
523 espécies, tratar de uma Resolução da carcinicultura e tratar de uma
524 Resolução para aqüicultura, já eram itens da pauta. Por outro lado, e
525 aqui eu vou plagiar o Prof. Paulo Bessa quando na reunião da Câmara
526 Técnica de assuntos jurídicos, ele nos disse citando... não me lembro
527 agora, que “quem semeia normas, colhe desigualdades”. E quando
528 nós definimos aqui regras gerais imaginando que as atividades são

529 todas muito parecidas ou idênticas, é para quem realmente não
530 conhece a atividade de aquicultura. Muitas vezes é necessário que
531 nós partamos efetivamente para algumas especificidades, sob pena
532 de nas generalidades nós acabarmos gerando um impacto sobre
533 algumas atividades. Então, esta questão de “iremos tratar todos os
534 temas juntos ou separados”, isso poderia ser discutido no âmbito do
535 grupo de trabalho e a gente poderia estar realmente consensuando
536 de que forma estaríamos conduzindo esta proposta. Em relação à
537 introdução de espécies, a Secretaria Especial de Agricultura e Pesca
538 não fomenta a introdução de espécies, não quer, não almeja, não
539 está contemplada na política da Secretária Especial de Agricultura e
540 Pesca qualquer introdução de espécies. As introduções de espécies
541 para aquicultura foram feitas antes da Secretaria Especial da
542 Aquicultura e Pesca, pelos órgãos que geriram a atividade antes. A
543 Secretaria Especial a Aquicultura e Pesca, em contraponto ao que
544 vinha sendo feito antes, historicamente, na aquicultura, nós estamos
545 com programas visando fomento de espécies nativas. Eu posso citar
546 aqui um programa de desenvolvimento da aquicultura com espécies
547 nativas no Pantanal, o programa de desenvolvimento da aquicultura
548 com espécies da Amazônia, o projeto especial Pirarucu, todos eles
549 tratando de espécies nativas, quando nenhum outro órgão do país
550 que conduziu essa atividade fez isso. Trabalhou sempre na
551 perspectiva de espécies exóticas. O que nós não podemos é fechar os
552 olhos para aquelas espécies que já estão introduzidas no país, que
553 têm alto potencial zootécnico. E se formos observar o histórico, a
554 bibliografia pré-existente, depois de introduzir a espécie é
555 praticamente impossível você retirar essa espécie daquela unidade
556 geográfica na qual ela foi introduzida. Então, o que a gente quer
557 trabalhar aqui é uma realidade, a realidade instalada, e não instalada
558 pela SEAP. Instalada historicamente. E perceber que em alguns
559 casos, espécies de alto potencial zootécnico, eu vou citar aqui o caso
560 da tilápia, lá no açude, nos açude de ..., é fundamental, porque não
561 existe outra espécie nativa de potencial zootécnico que possa ser
562 produzida para matar a fome daquelas pessoas lá. Então, essa
563 questão de introdução de espécies na verdade ela tem que ser
564 tratada com muita seriedade e a gente tem que perceber o seguinte:
565 não há dentro to Governo nenhuma política para a introdução de
566 espécies. Eu agradeço.

567

568 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

569

570 Mas fica, de uma certa forma, se for estimular a criação de espécies
571 já introduzidas, é mais ou menos como se a gente tivesse um visto
572 de permanência daquelas que já estão. É uma questão realmente que
573 precisa de um embasamento científico antes de se tomar qualquer
574 decisão nesse sentido, porque não é só porque a espécie já está
575 introduzida, que a gente deve estimular seu cultivo. Porque isso é a
576 mesma coisa que dizer: “Então, agora ela tem visto de permanência,

577 ela pode ficar, pode ser criada em larga escala". Esse cuidado, o
578 embasamento científico, é necessário no momento, antes que a gente
579 chegue a um caos maior. Por favor.

580

581 **Felipe Matarazzo Suplicy – Coordenador Geral de Maricultura**
582 **da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

583

584 Eu só queria fazer uma contribuição na nossa reunião sobre a
585 necessidade de nós tratarmos a aqüicultura separadamente da
586 carcinicultura. Eu acho que o fato de nós termos dificuldades até de
587 levantamento estatístico da aqüicultura, os resultados... existe um
588 levantamento feito pelo IBAMA, mas nós acreditamos que é um
589 universo bem maior de propriedades que estão aí fazendo aqüicultura
590 sem o conhecimento das autoridades. E se eu fosse fazer uma
591 estimativa pessoal, eu diria que se tivermos 15% da aqüicultura
592 nacional com o licenciamento ambiental, seria surpreendente. Eu
593 acredito que a grande maioria não possui licença ambiental e um
594 grande impedimento para isso é a falta de um procedimento claro.
595 Pior do que um procedimento que não esteja totalmente adequado, é
596 a falta de procedimentos. Isso dificulta muito. Eu posso falar com
597 propriedade porque eu já fui maricultor por anos e eu nunca consegui
598 obter uma licença legal ou uma regularização na minha área de
599 cultivo. Todos os meus colegas passam até hoje pela mesma
600 situação. Então, quanto mais específica for a regulamentação sobre o
601 assunto, quanto mais o CONAMA puder se debruçar sobre o assunto e
602 elaborar essa Resolução, isso vai permitir que tenhamos maior
603 controle da atividade, maior regularização, maiores dados estatísticos
604 e possamos fazer uma política efetivamente calcada na
605 sustentabilidade. Então, eu acho que é necessário realmente
606 tratarmos do assunto, ainda que a aqüicultura, em virtude da
607 magnitude da atividade na região Nordeste, dos impactos que têm
608 sido causados até por uma omissão de governos anteriores de não
609 ter planejado a atividade; anteriormente ao seu desenvolvimento, há
610 15 anos atrás, se houvesse sido feito um zoneamento ecológico-
611 econômico, a gente não estaria agora batendo nesse problema que
612 está batendo à nossa porta. Se houvesse este tipo de planejamento.
613 Então o posicionamento da SEAP, de maneira geral, é que nós temos
614 que nos preocupar com outras atividades que ainda estão em menor
615 desenvolvimento, para que possamos planejar e evitar que tenhamos
616 outros problemas como os que estamos discutindo sobre a
617 aqüicultura atualmente. Então, existe a necessidade de discutirmos
618 os impactos separadamente, até porque são impactos bem
619 diferenciados, a aqüicultura por natureza ela se... está implantada na
620 região costeira que é uma zona de bastante ..., os recursos naturais,
621 e tem particulares que precisam ser tratadas à parte, dentro desse
622 GT, enquanto que a aqüicultura de maneira geral, estamos falando de
623 moluscos e peixes que são outras condições, outros ambientes, que
624 merecem também uma recomendação em linhas gerais para

625 procedimentos de licenciamento e esse é o fórum adequado. Então,
626 eu acho que o CONAMA está fazendo, ao tratar do assunto, uma
627 importante contribuição para o Brasil, para a população brasileira... É
628 extremamente pertinente que discutamos isso separadamente até
629 para podermos, se possível, se pudermos ter uma resolução para
630 cada organismo seria melhor, porque teria claramente qual é o
631 procedimento. Muito obrigado.

632

633 **Clemeson Pinheiro – DIFAP/IBAMA**

634

635 Meu nome é Clemeson Pinheiro, do IBAMA. Quando nós nos
636 posicionamos pelo tratamento em separado da questão da
637 reprodução de espécies exóticas, foi porque, após dois anos, o IBAMA
638 vem tratando essa questão de forma bastante ampliada. Inclusive
639 com a participação de diversas instituições da Comunidade Científica.
640 E nós observamos que a questão de espécies exóticas não se resume
641 ao cultivo. A espécie exótica tem que ser tratada também com
642 relação ao transporte, à soltura, à escadiva, aos peixes ornamentais,
643 à importação de peixes ornamentais. Então, a questão vai muito mais
644 além do que a utilização de espécies exóticas em cultivo. Então, esse
645 tema tem que ser tratado de uma forma muito mais ampliada, para
646 que a gente possa estabelecer normas gerais e assim a aqüicultura
647 poder ter aquela orientação de como pode utilizar a espécie exótica
648 ou não. Mas tem que ser uma discussão muito maior do que estar
649 compondo um grupo que está pensando exclusivamente na questão
650 do cultivo, porque a introdução de espécies , como a Presidente falou,
651 é um problema muito sério que traz conseqüências muito graves e a
652 gente pode observar que toda essa discussão que tivemos durante
653 esse período, que a questão é muito maior do que a gente imaginava.
654 Então, a gente acha que é um tema que tem que ser discutido em
655 separado, tem que ter uma discussão bastante aprofundada, com
656 uma ampla participação para que a gente tenha condição de
657 estabelecer normas com segurança. Este foi o posicionamento do
658 IBAMA inclusive, na última reunião, e a gente permanece com ele.

659

660 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

661

662 Quando eu mencionei que são temas interligados, que a gente não
663 pode separar porque na verdade estão muito relacionados,
664 obviamente são normas individuais para cada um. Por exemplo, no
665 caso da carcinicultura, a única alteração que é proposta na alteração
666 da Resolução, é a definição do que é o manguezal. Então, isso é
667 pertinente, porque inclusive vai estar inserido na Resolução das APPs,
668 que a definição de manguezal é importante, porque vai abranger uma
669 área que não é só da floresta, do manguezal. Agora, todos esses
670 temas eles não podem... não é só espécies exóticas aquáticas, nós
671 temos problemas também com espécies exóticas não aquáticas. São
672 temas que necessitam de uma avaliação com resoluções próprias,

673 mas com uma discussão ampla com todos eles, porque nós não
674 conseguimos desvincular um do outro, porque estão muito
675 relacionados.

676

677 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

678

679 Sra. Presidente, hoje pela manhã eu conversava com o diretor de
680 Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA, Dr. Rômulo, e nós
681 comentamos justamente sobre essa questão de definição ecossistema
682 do manguezal, se incorpora ou não marismas, apicuns, salgados. E o
683 que se percebeu é que em verdade, se a intenção é definir a
684 amplitude do ecossistema do manguezal, talvez nós estivéssemos
685 pensando numa revisão da resolução do CONAMA 302 e não da
686 Resolução CONAMA 312. Porque na verdade o que a gente está
687 querendo... o que eu estou percebendo, esta é uma avaliação do
688 Marcelo que eu estou pondo. Se a gente quer rever a dimensão de
689 uma estrutura de APP, não é esta a resolução que trata essa
690 temática. O que está sendo tratado nesta Resolução 312 aqui, são
691 procedimentos para o licenciamento ambiental que diz que quem
692 estabelece, obviamente o Código Florestal, a lei 4.771 que foi
693 alterada pela MP 21.866. Mas quem pode dar algum direcionamento
694 nesse sentido não é esta Resolução. Talvez a gente esteja falando de
695 um tratamento diferenciado da atividade de manguezal em uma
696 ampliação. A senhora mesmo se referiu agora que não é somente a
697 área de floresta do manguezal a gente percebe que algumas
698 iniciativas de incorporação de outros ecossistemas de manguezal...

699

700 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

701

702 O ecossistema de manguezal não é só floresta.

703

704 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

705

706 O que acontece é que a gente percebe, pelo menos eu sou
707 oceanógrafo de formação, e quando a lara dava curso especificando
708 inclusive a questão do manguezal. Ela dizia que o manguezal... o
709 limite latitudinal do manguezal ia até Santa Catarina, em São
710 Francisco do Sul, Laguna, me perdoem. A partir daí nós continuamos
711 tendo marismas, apicuns, salgados, ou seja, é difícil imaginar. Então
712 a gente teria um sistema fracionado, que pode ocorrer
713 separadamente. É possível discutir isso, mas não uma Resolução que
714 trata do procedimento de licenciamento, mas sim de uma Resolução
715 que tratasse da questão de ampliação do sistema de apicuns, de
716 salgados, de marismos etc, e não na estrutura das APPs. Isso a gente
717 pode fazer, se for esse o consenso. A gente pode, na verdade, o que
718 a SEAP imagina, verificar através de planejamento onde pode e onde
719 não pode fazer a atividade. Existem apicuns, marismos e salgados
720 que estão implicitamente relacionados com a exploração de

721 manguezal, ali não se pode fazer, por exemplo, um manguezal dentro
722 da Mas tem as culturas de marismos que se estendem em campos
723 e campos de futebol, e você não vai dizer que “aqui não pode se
724 instalar a atividade de carcinicultura”? É uma questão que deve ser
725 tratada muito mais do ponto de vista técnico do que do ponto de
726 vista emocional e nesta caracterização a gente talvez esteja mais
727 para trabalhar uma Resolução de APP e não de procedimento. E a
728 questão não é essa, certo?

729

730 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

731

732 Eu só mencionei, Marcelo, a APP, porque essa definição de manguezal
733 que está proposta para alteração da 303 e 312, ela abrange de fato o
734 ecossistema manguezal, porque a floresta apenas é um dos
735 elementos do ecossistema, porque qualquer ecossistema tem que ter
736 um caminho de entrada e um de saída de energia. E o caminho de
737 entrada e de saída de energia no caso do manguezal ele envolve toda
738 essa área de entorno. É óbvio que a área que está fora do limite de
739 manguezal, não tem que proteger manguezal, isso aí é uma questão
740 de bom senso. Mas eu estou mencionando essa alteração, porque
741 isso está muito relacionado, embora a gente esteja discutindo esse
742 primeiro item da pauta, mas não dá para a gente discutir sem
743 relacionar com carcinicultura também. Já que você mencionou a
744 professora Lara, eu conversei com ela antes dessa reunião, porque no
745 meu entender, ela é uma das pessoas que mais entende de dinâmica
746 de manguezal, conhece profundamente o assunto e ela, realmente,
747 eu mostrei para ela a proposta de alteração, ela disse que está
748 mudando um pouco a redação, é uma redação que precisa ser
749 melhorada, mas que realmente abrange o que é o manguezal. Só
750 uma correção: apicum e salgado são sinônimos. Então, é apicum ou
751 salgado.

752

753 **Marcelo Sampaio – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

754

755 Só para fazer uma menção, eu só disse ... realmente conhecimentos
756 regionais. Dizem que o que ajuda, não prejudica.

757

758 **Marcio Vaz – ABCC**

759

760 Bem, esclarecer que, primeiro, a questão da 303 não conter o tema
761 apicum não é uma omissão, nem incompetência. Eu participo do
762 processo, já está fazendo quatro anos, três anos que começa a
763 discussão de apicum e salgado, e na época o que se estabeleceu é
764 que ficaria a cargo dos Estados, em função das suas realidades
765 regionais, de atingir sim, os ecossistemas de transição seriam
766 considerados uma realidade, ou não, então, o fato de ter se falado no
767 manguezal e não ter citado apicum, na realidade não foi
768 incompetência, foi um acordo, foi intencional e conscientemente, por

769 que isso? Nós temos estados como o Maranhão que tem 50 mil
770 hectares de marismos e apicum e nós temos Sergipe com 500
771 hectares. Então, se Sergipe acha que apicum é manguezal, Sergipe
772 faz uma resolução, que é o que acontece, em Sergipe apicum é
773 considerado manguezal. No Maranhão, teoricamente isso seria uma
774 loucura, numa área que tem 550 mil hectares de mangue, 50 mil
775 hectares de apicum e de marismos e 200 mil hectares campos de
776 transição do mangue, então, e chegar e dizer que no Maranhão
777 apicum é manguezal, é uma coisa que, qualquer caboclo no
778 Maranhão vai dizer que não faz sentido. Mas, de qualquer maneira
779 isso foi um consenso. Agora, se isso vai se mudar porque acha que o
780 manguezal não está sendo protegido, aí é uma questão a ser
781 discutida realmente na Câmara Técnica, porque é uma discussão
782 obviamente, sem fundamento técnico, eu diria que é uma questão
783 política, porque se há... tem uma preocupação de que acham...
784 inclusive, é importante ressaltar que este conceito emergencial, ele
785 tem uma base cultural e política, porque você chega no Maranhão, os
786 manguezais não estão sendo ameaçados, os trabalhos do Professor
787 ... mostram que, nos últimos 10 anos, coincidindo com a
788 carcinicultura, a área de manguezal no nordeste aumenta 25%, e
789 Professor ... conhecido lá, não é nenhum pé-rapado. A questão toda,
790 é que tem que ficar claro que a questão técnica tem fundamentos
791 sim, para mostrar, eu discordo da professora Lara, eu sou PhD, e
792 nesse ponto eu posso falar, eu sou PhD em apicum, a minha tese é
793 em apicum, a tese da professora Lara não é apicum, então eu acho
794 que eu sou um dos poucos PhDs em apicuns do mundo. Se isso tem
795 alguma utilidade, durante 20 anos questioneei, está tendo agora, no
796 sentido de que eu sou um PhD em apicum no Brasil, o único, então,
797 de qualquer maneira, a questão da apicum eu posso depois
798 tecnicamente não é o espaço aqui... explicar porque o apicum não é
799 manguezal do ponto de vista biogeoquímico, mas de qualquer
800 maneira é importante esclarecer que é uma discussão técnica, os
801 limites são subjetivos, se nós quisermos que seja, ele será, porque é
802 uma ...gnição, não tem que ser baseada no é ou não é, a pergunta
803 que tem que ser feita é: qual é o papel do apicum no balanço, no
804 equilíbrio da região costeira? Então, eu li o documento que, que é o
805 documento que está sendo utilizado pelos especialistas. É muito
806 complicado, não é dizer que, explicitamente, que é um documento
807 fraquinho em termos técnicos, é ofender a equipe que participou, eu
808 diria que ele é ingênuo, porque ingenuidade não é incompetência, é
809 acreditar que está fazendo a coisa certa e na realidade não está. Mas
810 de qualquer maneira, é importante esclarecer também como
811 especialista, que apicum e salgado tecnicamente não são sinônimos,
812 o salgado é um termo usado para marisma, marisma e pesca salina,
813 então, o apicum propriamente dito são vitaminas naturais, não cresce
814 nada, então tem o apicum vivo, tem o apicum com vegetação
815 herbácea, que é o marisma que chamam de salgado. Então, salgado
816 é um termo vulgar para marisma, que é um termo técnico, que é

817 vegetação herbácea, de região entre-maré isso está esclarecido em
818 vários trabalhos técnicos, trabalhos como Legibre, na África e em
819 próprios trabalhos meus, publicados que eu posso... eu estou ... eu
820 vou passar para a Câmara Técnica aqui, os termos técnicos,
821 considerados técnicos pela literatura técnica. Então, apicum pela
822 literatura técnica é um apicum vivo, e tem o apicum. O apicum vivo é
823 uma mistura com marisma e salinos, e o apicum vivo é o *tanne vif*,
824 em francês, que é a salina natural, não cresce nada. Nem vegetação
825 herbácea tem, acima de 150 partes por mil, mas eu não quero me
826 alongar muito nisso, apenas para esclarecer que felizmente nós
827 temos os termos técnicos, estou aqui como consultor justamente
828 para esclarecer e contribuir para o debate, e esclarecendo que o
829 documento apresentado que eu li, de maneira nenhuma deve ser
830 considerado como dogma, paradigma nem referências, no mínimo eu
831 diria que ele é ingênuo e eu estou aqui, construtivamente eu estou...
832 posso fazer as observações, identificar onde estão as fragilidades do
833 documento.

834

835 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

836

837 Obrigada pelo esclarecimento. Então não é... apicum não é igual a
838 salgado?

839

840 **Marcio Vaz – ABCC**

841

842 Em termos de nome vulgar é. Como terminologia popular é. Mas não
843 como termo técnico, então se nós quisermos conduzir uma questão
844 técnica aqui, tem que usar a literatura que diz que não é igual, agora
845 se nós quisermos usar a linguagem popular, que apicum é salgado,
846 sinônimos, tudo bem, agora esclarecer também que o apicum no
847 Ceará tem termos diferentes. No Ceará, o apicum é uma região de
848 transição como se fossem pequenos cordões arenosos. No Ceará tem
849 esse sentido. No resto do Brasil apicum e salgado são sinônimos,
850 popularmente, mas no Ceará apicum não é igual a salgado, isso gera
851 inclusive um questionamento no documento dizendo que a resolução
852 põe onde o Ceará é incompetente, é errada. Porque ela confunde se
853 salgado... não, no Ceará popularmente apicum não é salgado e o
854 governo do Ceará incluiu esta distinção em sua legislação, mas no
855 resto do Brasil é sinônimo popularmente tecnicamente não.

856

857 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

858

859 Bom, então eu acho que o ideal é tratar dos termos técnicos e não
860 dos termos populares, porque uma vez que nós temos um
861 especialista em apicum presente, eu acho que seria muito bom que
862 ele definisse exatamente, para que isso possa vir à discussão, porque
863 aqui, exceto o senhor, acho que ninguém é especialista em apicum,
864 pelo que eu sei. Então eu aprendi que eram sinônimos, mas porque

865 talvez em alguma região, ele seja...
866 Então, eu acho que seria importante uma definição técnica...

867

868 **Mary Sorage P. da Silva – Governo do Rio Grande do Norte**
869 **(Relatoria)**

870

871 Dominique tem alguém inscrito? Sou Mary Sorage, eu sou do Órgão
872 Ambiental do Rio Grande do Norte. Só uma questão de... dentro da
873 discussão aqui, com relação a esse primeiro item de pauta
874 licenciamento ambiental de aquícultura. No estado do Rio Grande do
875 Norte, a gente está tendo uma demanda muito grande por cultivo em
876 tanques redes e o estado já está fazendo uma legislação, uma lei
877 estadual que trata sobre o assunto, é só uma questão de que a gente
878 reflita aqui, se o fórum é o CONAMA de estabelecer essas linhas
879 gerais para o Brasil todo considerando as várias particulares de cada
880 estado, e considerando ainda que a gente não conhece quantos
881 tanques redes você pode colocar no açude, não é? E o uso da água
882 desse açude nas regiões secas, então, são coisas que tem que ficar
883 muito bem discutidas e definidas, porque você está lançando ração, é
884 uma atividade potencialmente poluidora do meio ambiente, você têm
885 reservatórios fechados uma precipitação pluviométrica muito baixa
886 nesses reservatórios, as pessoas bebem água disso aí, a gente tem
887 que ter um controle muito eficiente disso aí, mas o estado lá está
888 investindo nessa lei. Inicialmente pensou-se num decreto, mas a
889 procuradoria não entende que um decreto atenda a essa necessidade
890 e sim uma lei que está sendo discutida, inclusive a SEAP lá no estado
891 participa desse grupo. Eu acho que a gente devia dar um
892 direcionamento maior a esses temas, considerando como o colega da
893 CNI falou, que a gente já teria definido anteriormente que seriam
894 discutidos em um grupo técnico, porque na época fiquei como
895 coordenadora desse GT e que a gente pudesse aqui definir como vai
896 acontecer isso, considerando que o representante da SEAP falou que
897 vai apresentar uma minuta de uma resolução, que fosse definido o
898 prazo de apresentação dessa minuta, que a gente pudesse
899 objetivamente formar esse GT, começar os trabalhos e as coisas
900 começarem a fluir, considerando que já faz mais de um ano que esse
901 GT foi formado e que a gente não conseguiu ainda caminhar de
902 nenhuma forma. Eu entendo que a resolução CONAMA 312/2002, ela
903 precisa ser revisada em vários aspectos, no que diz respeito ao
904 processo do licenciamento, e aí eu vou citar alguns eu concordo até
905 que até não seja um fórum com relação a definição do manguezal, de
906 apicum, de marisma, a gente não vai chegar a lugar nenhum, porque
907 no Brasil todo, esse tema hoje é discutido e ninguém chegou a algum
908 consenso, mas que essa resolução precisa ser definida em várias
909 seqüências, a gente às vezes barra ou paralisa o processo de
910 licenciamento por falta de um documento de outorga que o órgão de
911 recursos hídricos só emite após a licença ambiental e o órgão do meio
912 ambiente só emite após a outorga. Então, essas coisas que realmente

913 precisam ser melhor esclarecidas, bem como a função do sistema de
914 tratamento de afluentes, nós sabemos que a bacia de sedimentação,
915 ela não é eficiente, ela não resolve o problema. Existia um período
916 em que os empreendimentos que já estariam em operação, teriam
917 365 dias para adequar a essa nova resolução. Alguns
918 empreendimentos não podem se adequar a essa resolução em
919 virtude dos próprios aspectos físicos. Então eu acho que isso aqui tem
920 muita coisa que merece ser discutida, e para objetivar eu acho que a
921 gente tem que definir primeiro. Continuam os três temas, nesse
922 grupo técnico, e aí definindo cronogramas, datas para a apresentação
923 de minutas e que a gente possa objetivamente fazer ou a gente vai
924 separar esses temas em vários grupos técnicos, grupos de trabalho.

925

926 **Felipe Matarazzo Suplicy – Secretaria Especial da Aquicultura**
927 **e Pesca**

928

929 Eu acho que é importante a gente manter e dar andamento aos
930 projetos do GT. A minha opinião sobre a colocação da representante
931 do Rio Grande do Norte é de que a reunião pode tratar
932 separadamente por dias, os assuntos para não misturar, mas como
933 eles têm a interface, que sejam discutidos pelo mesmo grupo de
934 técnicos para eles considerarem, foi discutido no dia com interface
935 com o do outro dia porque assim saía uma... três resoluções ou três
936 documentos que tenham a interconexão necessária. Mas queria só
937 fazer uma colocação que eu acho importante, acho que aqui é o local
938 e o momento, é de que, de maneira geral o procedimento de
939 licenciamento ambiental ele por si só não tem garantido a
940 sustentabilidade da atividade e nem pode garantir. A experiência dos
941 países que já tem décadas dos movimentos, e aí nós temos que olhar
942 e aprender com os erros dos outros e não cometer os mesmos erros,
943 mas pularmos etapas e tentarmos concertar o que pode ter ocorrido,
944 é não coibir o errado, mas estimular o correto e isso pode ser
945 atingido não através do procedimento de licenciamento ambiental
946 que, de maneira geral nós temos que reconhecer que, os recursos
947 humanos para se fiscalizar e fazer cumprir o licenciamento ambiental
948 são bastante executados em alguns estados, mas a grande saída
949 prático, tanto sustentável quando nós garantimos ela nas próximas
950 décadas, e que é uma atividade que vai crescer, isso é indubitável,
951 não há dúvida quanto a isso, é uma tendência mundial, é do
952 planejamento da atividade. O planejamento eu acho que tudo... essa
953 consideração também colocada pelo Professor Vaz, de que um
954 aplicou, ótimo, o outro aplicou, não pode, isso só pode ser visto no
955 momento em que fazemos um sistema de informação geográfica na
956 escala adequada e formos fazendo o zoneamento das atividades, não
957 é? Que isso deveria ter sido... seria ... do zoneamento ecológico, mas
958 a velocidade detação do zoneamento ecológico econômico
959 também não atende a velocidade dos setores produtivos que estão na
960 região costeira e nesse sentido então essa ação de zoneamento faz

961 parte do programa PAF - Programa de Ação Federal, da zona costeira,
962 que foi recentemente aprovado na Comissão Interministerial de
963 Recursos Marinhos da ... onde eu participei desse grupo de pesquisa,
964 nós elaboramos tudo isso daí, onde tem uma ação que é a
965 instrumentalização das três esferas de poder para a gestão da zona
966 costeira e onde essa... essa abordagem que nós achamos mais
967 adequada para tratar da zona costeira como uma zona de
968 planejamento federal, que seria o ... tendo como plano de fundo o
969 macro diagnóstico da zona costeira, que ali tem os principais
970 ecossistemas, que é uma escala de 1 para 1 milhão, se não me
971 engano, 1 para 1 milhão então é uma macro, nós temos que pôr
972 outros estudos que já foram feitos, que estão muitas vezes já
973 disponíveis nas prateleiras das instituições federais e estaduais e que
974 custaram muito ao poder público elaborar esses estudos, que não
975 estão sendo aplicados, como instrumento de planejamento. Então, é
976 simplesmente padronizar o formato disso numa base única de
977 sistema de formação geográfica e disponibilizar isso às três esferas
978 de poder: a federal, a estadual e a municipal. Aqui pode aqui, ali não
979 pode e isso é que vai garantir a sua rentabilidade, se isso tivesse sido
980 feito há 15 anos atrás, nós não estaríamos lidando com a urgência do
981 licenciamento ambiental, mas eu acho bastante importante que
982 tenhamos em mente que, coibir o errado não é a melhor forma, e a
983 prova disso é que a atividade continua crescendo e vai continuar
984 crescendo. Um sistema ... não resolve, ele deve ser complementado,
985 acho que pelos estudos de zoneamento e planejamento. Estes sim
986 podem garantir a sustentabilidade e minimizar os conflitos antes que
987 eles ocorram. Obrigado.

988

989 **Marcelo Sampaio – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

990

991 Só fazendo uma ressalva, acho que o que o Felipe estava se
992 referindo, não é que não deva coibir o errado. O errado será coibido
993 sempre, só para fazer uma ressalva para que não haja uma
994 interpretação dúbia o errado será sempre coibido, o que ele estava
995 dizendo é que não basta, não é bastante e suficiente coibir o errado,
996 nós temos que planejar atividades. Inclusive eu ia aproveitar a
997 oportunidade para solicitar ao Dr. Felipe Suplicy que fizesse aqui,
998 numa próxima oportunidade a apresentação dos PLDMs que são os
999 Planos Locais de Desenvolvimento de Maricultura, porque nós
1000 podemos também estar fazendo, também a questão dos parques
1001 aquícolas e os copos d'água continentais ou seja mostrando qual é a
1002 iniciativa de planejamento que o Governo Federal está tentando
1003 implementar. Eu só queria... na verdade eu pedi a palavra em função
1004 da companheira do Rio Grande do Norte, da fala dela que, eu
1005 concordo contigo que em muitos casos não é o CONAMA que deve
1006 estar orientando o processo de ocupação e uso dos copos d'água
1007 continentais ou mesmos marinhos, porém, a lei 6.938, em seu artigo
1008 6º, no parágrafo primeiro, ela diz o seguinte, que os estados na

1009 esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, então, a
1010 dificuldade para o estado é que ele só pode ir, na área onde lhe é
1011 permitido, ou seja, onde o estado tem jurisdição. Nos corpos d'água
1012 de domínio federal, de jurisdição federal, fica ali um vácuo, se o
1013 órgão ambiental federal não... se os índices federais não legislarem.
1014 Então, é possível sim que o estado esteja de forma complementar
1015 atuando no processo legislativo, mas é importante que os órgãos
1016 federais, aí no caso o colegiado que é o CONAMA, atribuir ao menos
1017 regras gerais para os corpos d'água que é de jurisdição federal, senão
1018 isso vai criar um vácuo, como é o caso do mar territorial, como é o
1019 caso dos reservatórios de domínio da união, dos rios federais, ou
1020 seja, imagine um rio federal entre estados. Fazendo divisa entre
1021 estado do Sergipe e Alagoas, como é que fica? Quem vai a legislar?
1022 Então, se não tiver a atuação desse colegiado aqui, a gente cria um
1023 vácuo, mas eu concordo contigo, em muitos casos, tem que ter o
1024 estado, porque o estado conhece as suas realidades e pode
1025 realmente definir, quais são as prioridades do ponto de vista,
1026 obviamente do ponto de vista ambiental sócio e econômico.

1027

1028 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

1029

1030 Bom, eu queria em primeiro lugar, agradecer o esclarecimento, que
1031 para mim é básico, quer dizer, nós não podemos deixar de coibir o
1032 que está errado, isso é um princípio jurídico elementar absolutamente
1033 elementar, então agradeço o seu esclarecimento porque realmente
1034 temos que buscar o certo, muito bem, mas o que é proibido é
1035 proibido, e isso me leva a considerar também o seguinte: que a parte
1036 técnica, eu sou professor médico de ecologia, a parte técnica tem que
1037 ser muito debatida, estudada, e etc. Mas tem uma parte jurídica e eu
1038 também sou da ordem, essa parte jurídica não depende de nós aqui,
1039 quer dizer, os promotores públicos, o Ministério Público, ele pode
1040 invalidar juridicamente qualquer resolução nossa aqui, então nós
1041 temos que fazer uma coisa que é extremamente difícil, qual seja
1042 obter o consenso dentro da legislação atual, então eu acho que na
1043 discussão a gente deve ser absolutamente franco e dizer, bom, essa
1044 legislação é falha por isso, por isso e por aquilo, vamos estabelecer
1045 uma nova legislação, agora enquanto não se estabelece uma nova
1046 legislação o CONAMA está agindo absolutamente dentro da sua
1047 responsabilidade legal, por quê? Porque pela lei 6938 cabe ao
1048 CONAMA regular o licenciamento dos recursos naturais, então tudo
1049 que é recurso natural, o licenciamento tem que passar pelo CONAMA,
1050 porque o congresso brasileiro, ao contrário de outros países e que
1051 isso é... nos Estados Unidos, por exemplo é o próprio congresso que
1052 regula os assuntos ambientais, o congresso aqui delegou poderes ao
1053 CONAMA para fazer isso, por quê? Porque nós todos sabemos que o
1054 congresso é lento na sua atuação por questões políticas até por uma
1055 certa tradição nacional, a gente sabe que uma lei leva às vezes anos,
1056 entre a discussão e aprovação, leva anos, e na verdade não pode

1057 esperar anos são coisas que tem que ser resolvidas a curto prazo,
1058 então, nós estamos numa situação aqui bastante difícil, porque
1059 repito, o certo seria ele produzir algumas modificações na legislação
1060 mas enquanto elas não forem introduzidas, lei é lei, *dura lex sed lex*.
1061 Obrigado.

1062

1063 **Mary Sorage P. da Silva – Governo do Rio Grande do Norte**
1064 **(Relatoria)**

1065

1066 A título de esclarecimento, Marcelo eu não consegui ainda entender o
1067 que efetivamente quer se tratar nessa resolução considerando os
1068 reservatórios, os cursos da água federal, eu não consegui entender
1069 ainda.

1070

1071 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1072

1073 Por uma questão de ordem, presidente, nós estamos, desculpa, mas
1074 a gente está, quase duas horas nós estamos discutindo, eu acho
1075 muito bacana sobre aqüicultura, apicum, mas efetivamente aqui não
1076 é o foco para discutir isso vamos encaminhar o sim ou não para a
1077 criação do grupo de trabalho, se o grupo de trabalho vai trabalhar
1078 com os três processos, que nós estamos desde julho do ano passado,
1079 mexendo ou vamos separar um ou dois, mas vamos caminhar porque
1080 senão a gente não anda.

1081

1082 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1083

1084 Na realidade, eu acho que é importante no início essa discussão toda,
1085 porque muita gente não pode estar bem a par de tudo o que está
1086 acontecendo, mas de fato objetivamente nós temos de tomar uma
1087 decisão de como conduzir esse assunto, já havia uma proposta do
1088 SEAP da constituição de um grupo de trabalho, mas tratando única e
1089 exclusivamente da aqüicultura, não englobando carcinicultura e
1090 introdução de espécies exóticas em ambientes aquáticos. No meu
1091 entender uma coisa está muito relacionada à outra, eu vejo inclusive
1092 o relatório que o colega mencionou... do Maranhão mencionou que é
1093 um relatório ingênuo, realmente eu li o relatório todo, têm várias
1094 falhas, mas o básico do relatório é importante porque foram
1095 detectadas as irregularidades, foram apontadas todas elas, e ele traz
1096 uma série de subsídios, ele tem algumas falhas, mas ele tem um
1097 conteúdo que não deixa de ser significativo para o trabalho, porque
1098 fazer a vistoria que foi feita pelos técnicos do IBAMA em todos
1099 aqueles cultivos, isso foi muito importante, já é um primeiro passo, e
1100 todas as irregularidades que existem, também é um primeiro passo,
1101 então a minha proposta em discussão é que se nós formos fazer um
1102 grupo de trabalho esse grupo de trabalho, seja não imenso e sim um
1103 grupo de trabalho com pessoas dentro das especialidades técnicas e
1104 científicas, porque o que não pode é nós fazermos um grupo de

1105 trabalho enorme com uma série de representações em que as
1106 pessoas não envolverão com tema, mas sim um grupo de trabalho
1107 com o pessoal acadêmico e que tenham competência naquela área.
1108 Já existe um grupo de trabalho composto mas talvez que nunca se
1109 reuniu, no qual a Mary é coordenadora.

1110

1111 **Dominique Louette - CONAMA**

1112

1113 Eu queria só fazer uma ressalva de que grupo de trabalho no
1114 CONAMA é reunião pública, pode chegar o grupo de trabalho que
1115 quiser e em duzentas pessoas, a gente que achar um auditório para
1116 duzentos pessoas, e as duzentas pessoas tem que ser ouvidas. O que
1117 se faz aqui na Câmara Técnica é que se definem representantes,
1118 entidades que são permanentes e que se espera que sempre estejam
1119 presentes nos grupos de trabalho, que é para dar um foco mais
1120 concreto, técnico, mas a gente não pode limitar de jeito nenhum, da
1121 mesma maneira que a gente não pode limitar na Câmara Técnica a
1122 presença de pessoas e a emissão de opiniões.

1123

1124 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1125

1126 Presidente, então, nós já tínhamos esse grupo de trabalho que
1127 estava, como eu falei, são três processos que estavam envolvidos, já
1128 tinha uma... a Mary era a coordenadora, tinha ABCC, Ministério do
1129 Meio Ambiente e a APIBAMA que se dispuseram a participar dele,
1130 tinha o pessoal da CNA que não está mais presente aqui, mas eu
1131 acho que não viria a ..., então eu proponho que se continue a menos
1132 que, não sei se o IBAMA queria separar a questão de espécie exótica
1133 desse grupo de trabalho, então, são duas propostas uma de manter o
1134 grupo de trabalho como estava no ano passado, com os três
1135 processos, considerando que seria o mesmo assunto e outra seria um
1136 grupo de trabalho com os dois primeiros, que é o licenciamento e a
1137 carcinocultura e um segundo grupo de trabalho, aí não sei como é
1138 que ficaria, específico para introdução de espécie exótica.

1139

1140 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1141

1142 Como isso ficou parado há um ano, provavelmente as pessoas que
1143 estão aqui neste proposto grupo de trabalho que nunca se reuniu,
1144 provavelmente já nem estão mais envolvidas com esses temas, eu
1145 acho que além dessas pessoas para garantir a funcionalidade nós
1146 deveríamos sugerir pessoas que estejam envolvidas ou o tema e
1147 talvez não sei como os meus colegas pensam, mas o IBAMA sugere
1148 agrupar tudo, não é?

1149

1150 **Clemeson Pinheiro – DIFAP/IBAMA**

1151

1152 Não, nós vamos separar a introdução de espécies exóticas.

1153 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1154

1155 Ah, a espécie exótica, mas a carcinocultura é espécie exótica

1156

1157 **Clemeson Pinheiro – DIFAP/IBAMA**

1158

1159 O IBAMA entende que o tema introdução de espécies exóticas, ele vai

1160 além da questão da aqüicultura, envolve pesca também, atividade

1161 pesqueira, com a pesca amadora...

1162

1163 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

1164

1165 Envolve água de lastro.

1166

1167 **Clemeson Pinheiro – DIFAP/IBAMA**

1168

1169 Água de lastro, envolve importação de espécies ornamentais. Então,

1170 não está só restrita a questão da aqüicultura, então o tema é muito

1171 mais amplo, e se a gente for discutir dentro do grupo de aqüicultura

1172 nós vamos discutir a aqüicultura, entende? Embora aqüicultura tenha

1173 grande interesse no tema, mas agente entende que o tema deva

1174 estabelecer normas gerais e a partir daí a aqüicultura siga ao que foi

1175 estabelecido, não que não saia de dentro da aqüicultura para fora.

1176

1177 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

1178

1179 A proposta do IBAMA ela está de consonância com o que este

1180 conselheiro concebe, então, o posicionamento da Secretaria Especial

1181 de Aqüicultura e Pesca é para constituição de dois grupos de trabalho

1182 um grupo que seja um GT, efetivamente para tratar da questão de

1183 aqüicultura e aí vai tratar ou junto ou separado a questão da

1184 carcinocultura e da aqüicultura, isso será discutido no GT, numa

1185 discussão mais técnica, lá no GT, e um GT específico para tratar da

1186 questão de espécies exóticas e como salientou o Dr. Clemeson, certo?

1187 Ela é... extrapola os limites da carcinocultura, então nós temos aí por

1188 exemplo a questão do mexilhão dourado que não se envolve de

1189 forma alguma com a questão da aqüicultura e tem dado prejuízos

1190 enormes ao país em função da obstrução tubulações, de turbinas

1191 hidrelétricas e outros tantos prejuízos que vem causando, ou seja, a

1192 introdução de espécies exóticas ela é, como o Clemeson salientou,

1193 um assunto que transcende a questão da aqüicultura e deverá ser

1194 tratado num GT específico apesar do interesse da aqüicultura, óbvio,

1195 a Secretaria vai querer participar dos dois, certo? Mas em função do

1196 interesse ou do foco eu acredito que sejam dois GTs.

1197

1198 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1199

1200 Eu só tenho uma ponderação, eu acho que concordo, os assuntos
1201 realmente são distintos, mas a Câmara Técnica pode trabalhar no
1202 máximo com quatro grupos de trabalho, segundo a resolução, então
1203 a gente tem que ponderar também a criação de muitos grupos, não é
1204 muito, nós temos essa limitação, de repente a gente separa um
1205 assunto teoricamente mais para pensar que a gente tem outros
1206 assuntos aí na pauta e de repente a gente acaba limitando a ação
1207 da....

1208

1209 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1210

1211 A minha proposta é que a gente não separasse, mas tratasse
1212 principalmente desses dois temas que é aqüicultura e carcinicultura e
1213 o assunto de introdução que está diretamente ligado a esses dois
1214 temas, que está ligado, nós temos problemas aí, totalmente
1215 relacionados já fossem abordados dentro desse tema dentro desse
1216 grupo, obviamente existe não só a introdução relacionada a cultivos e
1217 etc. Mas, existe toda a outra introdução de tudo quanto é animal
1218 exótico a nossa pauta, então eu acho que talvez este grupo pudesse
1219 se concentrar já abordando para não haver essa segmentação
1220 exagerada fazermos muitos grupos de trabalho, incluirmos as
1221 espécies exóticas ligadas a esse tema.

1222

1223 **Mary Sorage P. da Silva – Governo do Rio Grande do Norte**
1224 **(Relatoria)**

1225

1226 Aqui no nosso processo diz assim: “Encaminha tema para apreciação
1227 ao vivo de diretoria, Câmaras Técnicas de Plenário, para ser estudada
1228 e analisada, introdução de espécies exóticas já introduzidas e
1229 estabelecidas em cultivos aqüícolas” É a mesma proposta que você se
1230 refere por isso que, quando nós juntamos fazia referência a um tema
1231 que nós consideramos na época, que estariam interligados, a
1232 proposta que o Clemeson está colocando me parece ser mais ampla,
1233 que não seria essa.

1234

1235 **Clemeson Pinheiro - DIFAP/IBAMA**

1236

1237 Eu, quando eu fiz a minha primeira intervenção, eu coloquei que esse
1238 tema nós vínhamos discutindo ele a mais... há quase dois anos, e a
1239 partir do momento que nós verificamos a amplitude dele, nós
1240 entendemos que ele não podia estar restrito a uma discussão dentro
1241 do grupo de aqüicultura, porque quando nós fizemos a exposição do
1242 motivo e viemos para o CONAMA era com esse fim, focado na
1243 aqüicultura, mas quando nós abrimos a discussão e começamos
1244 efetivamente a aprofundar o assunto nós vimos que vai muito mais
1245 além do que a temática aqüicultura, então a proposta do IBAMA
1246 passou a ser que não fosse incluído dentro desse grupo de trabalho,
1247 mas fosse feito um grupo específico para tratar dessas questões,

1248 porque nós vamos resolver a questão da aqüicultura, mas
1249 futuramente nós vamos ter que voltar para discutir a questão de
1250 introdução de espécie através de isca viva, pela pesca amadora, a
1251 questão da água de lastro, comércio de ornamentais são temas que
1252 eu vou ter que voltar então se vamos ter que discutir, vamos discutir
1253 logo todos de uma vez, esse é o entendimento do IBAMA nesse
1254 momento, você tem toda razão quando diz que nós apresentamos
1255 discussão de motivos, em relação à aqüicultura, mas em virtude das
1256 discussões que nós fizemos com a SEAP, com a comunidade científica
1257 com a ASBI com o pessoal do Lupélia, com uma série de instituições
1258 que participaram conosco, fizemos reuniões em todas regiões do
1259 Brasil e o tema se ampliou muito, e nós não podemos ficar restritos
1260 à...

1261

1262 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1263

1264 Praticamente que está acontecendo é o seguinte: é que o proponente
1265 que o IBAMA, proponente na matéria, está mudando o foco da
1266 matéria, realmente o que esta no nosso registro é processo sobre
1267 cultivos aqüícolas, mas como está solicitando uma mudança de
1268 escopo, então se justifica de a gente tomar uma decisão diferente da
1269 que foi tomada há 6 meses atrás, a segunda coisa que eu queria
1270 mencionar é que realmente são muitos temas, mas eu acho que seria
1271 bom definir que temas ficariam agrupados, que temas precisariam de
1272 grupos e no final do dia se priorizaria por qual desses grupos,
1273 primeiro que grupos estariam condicionados, por exemplo ao
1274 seminário, imagino que o grupo de trabalho de carcinicultura
1275 começaria depois de acontecer o seminário, seria uma condicionante,
1276 que grupos a gente teria prioridade, então fazer...primeiro decidir
1277 que temas, que grupos, agrupar e depois definir, bom, esse grupo
1278 começa só no ano que vem, porque não dá para fazer a proposta.

1279

1280 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1281

1282 É impossível fazer tudo ao mesmo tempo.

1283

1284 **Mary Sorage P. da Silva – Governo do Rio Grande do Norte**
1285 **(Relatoria)**

1286

1287 Só uma colocação rápida, eu acredito que este processo então ele
1288 deva ser retirado da apreciação Câmara Técnica, considerando que
1289 segundo o IBAMA ele vai ser ampliado, eu não sei, é uma colocação
1290 aí que eu estou fazendo e inclusive essa discussão mais ampla ela
1291 deverá também ser formalizada um processo com toda a
1292 argumentação para que a Câmara Técnica aprecie e veja a
1293 necessidade de realmente se formar um GT.

1294

1295 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

1296

1297 As questões do encaminhamento... o nosso regimento publicado
1298 agora no dia 10 de junho, ou seja portaria 168 que faz parte do
1299 regimento do CONAMA, não coloca nenhum óbce, certo? À alteração
1300 da temática com a manutenção do processo, não existe nenhum óbce
1301 a isso a gente pode consensuar que se é um processo que se facilita,
1302 ou seja, se o representante no IBAMA está dizendo: "Olha, para nós é
1303 melhor ampliar tema" e a SEAP entende também que é melhor
1304 ampliar o tema, afinal de contas a SEAP também é vítima da
1305 introduções de espécies exóticas, eu cito aqui até a questão do ...,
1306 repetir a questão do mexilhão dourado, que obstrui a as estruturas
1307 de cultivo também, então nós temos o interesse, todo o setor
1308 produtivo nacional tem interesse em conter o setor de transporte,
1309 outros tantos setores tem interesse em conter essa questão das
1310 espécies exóticas e amplificar esse GT, é fundamental agora, eu acho
1311 que a gente poderia estar realmente desburocratizando isso, ou seja,
1312 não precisa arquivar processo, nem nada disso, é possível fazer
1313 alteração, através do IBAMA. Por outro lado, em relação à
1314 qualificação da temática e a criação dos GTs eu entendo que
1315 realmente existe um limite de quatro grupos de trabalho, todavia o
1316 que acontece é o seguinte quando observamos na outra reunião, nós
1317 fizemos uma avaliação do que era a aqüicultura e do que eram outros
1318 temas, faunas, tal, que tinham que ser tratados, na verdade nós
1319 vimos ali que tínhamos três grandes grupos e ficávamos ainda com
1320 um grupo de trabalho em *stand by*, então, é possível sim, eu acho
1321 que seria interessante como questão de encaminhamento para hoje à
1322 tarde, a Dominique já levantou isso, que a estrutura do CONAMA
1323 estivesse apresentando, a assessoria estivesse apresentando aqui o
1324 conjunto dos temas propostos para essa Câmara Técnica e a gente
1325 estivesse aqui fazendo o agrupamento e definindo quantos grupos de
1326 trabalho são efetivamente e trabalhando em cima de algo concreto,
1327 era isso.

1328

1329 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1330

1331 Mas nós não temos todos os temas que estão sendo discutidos na
1332 pauta. Mas nós já temos a pauta, isso é um trabalho que a gente
1333 pode... esses três primeiros itens já foram assuntos polêmicos, se
1334 agrupam ou se não agrupam, então esses três nós já sabemos mais
1335 ou menos qual a tendência ou agrupa todos ou não agrupa esta é
1336 uma possibilidade, agora os demais que nós vamos analisar
1337 posteriormente, são temas que independem desses.

1338

1339 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1340

1341 Sra. Presidente, posso dar uma sugestão? Acho que a gente poderia
1342 fazer o seguinte: primeiro votar se a gente acha, se os conselheiros
1343 acham válido separar ou não, caso separando, vamos dizer, a *priori*

1344 tem dois grupos de trabalhos já mais ou menos montados, vamos
1345 discutir o resto da pauta se tiver mais do que quatro grupos de
1346 trabalho, aquele grupo fica então de *stand by* até que se conclua,
1347 caso contrário, se o Marcelo falou que tem... a gente ainda está com
1348 uma sobra de grupo de trabalho, perfeito, mantêm-se, caso a gente
1349 entenda que vale a pena separar, aí fica como encaminhamento aqui
1350 para a gente já votar isso para resolver pelo menos três processos.

1351

1352 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1353

1354 Bom, então, acatando a sugestão do colega, acho que é melhor a
1355 gente decidir se agrupamos os itens 1, 2 e 3 num grupo de trabalho a
1356 ser discutida a sua composição posteriormente ou se fazemos uma
1357 separação deixando o tema exóticas já introduzidas e estabelecidas à
1358 parte, quer dizer, agrupando os itens 1 e 2 e deixando o item 3 à
1359 parte. Seguindo a sugestão se necessário for agrupar por uma razão:
1360 porque se houver necessidade de formação de mais grupos de
1361 trabalho, a solução é juntar, então eu acho que essa decisão, bom, a
1362 gente pode tomar a decisão, vamos separar e vamos juntar toma-se
1363 essa decisão e se no final da reunião chegarmos à conclusão que há
1364 necessidade de diminuir o grupo de trabalho, vai ter que juntar.

1365

1366 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1367

1368 É ou aguarda para mais para a frente para que se crie um grupo
1369 específico.

1370

1371 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1372

1373 Mas é impossível discutir esses dois temas sem as espécies exóticas,
1374 porque elas estão ligadas a todos os dois.

1375

1376 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1377

1378 O interessado é que está sugerindo isso então a gente tem que tentar
1379 o caráter do interessado, já que ele está achando que é ... vamos
1380 entrar em votação nesse sentido.

1381

1382 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1383

1384 Está bom, então quem é a favor?

1385

1386 **Juciara Elise Pelles - Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros
1387 do IBAMA**

1388

1389 Eu gostaria só de lembrar que tem na pauta um item específico para
1390 as faunas que vai ter... já tem a proposta de um grupo que já foi
1391 criado e que não vai dar para conciliar com esses outros temas, então

1392 assim, com a preocupação de criar um número limitado de grupos a
1393 ser criados, então assim, é bom a gente não esquecer desse detalhe.

1394

1395 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1396

1397 É, não, os outros temas não são possíveis juntar mesmo. Bom,
1398 então, aqueles que votam quem for a favor de fazer dois grupos, um
1399 grupo incluindo o item 1 e 2 da pauta licenciamento ambiental da
1400 aquicultura e carcinicultura e o outro independente sobre as espécies
1401 exóticas já introduzidas, se manifeste.

1402

1403 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1404

1405 É, separado?

1406

1407 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

1408

1409 Separado.

1410

1411 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1412

1413 Separado. Bom, então eu sou a favor de um só, mas eu perdi. Bom,
1414 eu acho que nós vamos acabar é voltando para um só. Eu estou
1415 falando que vai voltar para um só porque nós não vamos ter espaços
1416 para fazer tantos grupos de trabalho.

1417

1418 **Dominique Louette - CONAMA**

1419

1420 Eu queria fazer uma menção, essa coisa que só pode haver quatro
1421 grupos, não existe, a Câmara Técnica ela pode formar quantos
1422 grupos ela quiser, a questão é que conselheiro da câmara tem que
1423 ser coordenador de grupo, então se o conselheiro tem disponibilidade
1424 para agir a quatro grupos, o problema é dele, então é questão de
1425 disponibilidade do conselheiro de fazer coordenação de grupo, então,
1426 esse número de quatro na realidade não existe no regimento.

1427

1428 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1429

1430 Bom, então ficou decidido que serão formados esses dois grupos.
1431 Bom, então vamos dar continuidade à reunião. O próximo item da
1432 pauta, seguindo a sugestão da Dominique, nós vamos deixar para
1433 fazer as composições dos grupos de trabalho no final, para que a
1434 gente não fique discutindo muito tempo. Então vamos prosseguir na
1435 pauta. Então o próximo item é uma solicitação do IBAMA, que
1436 encaminha o tema para prestação de diretoria, Câmara Técnica,
1437 Plenário, para ser estudada e analisada: o controle da exploração e
1438 exportação de algas calcárias. Esse tema mereceria uma exposição
1439 do IBAMA, porque o documento que nós temos, se vocês tiverem a

1440 oportunidade de ver, é um documento bastante simples, onde só
1441 aponta a problemática dessa exploração. Bom, uma coisa é certa, eu
1442 acho que não precisa ter grandes conhecimentos, mas para explorar
1443 uma calcária está se explorando toda a biota, porque a biota vai junto
1444 no momento da dragagem dessas algas calcárias mortas, que são
1445 arrecifes mortos, mas tudo o que está em cima vai junto. Então, esse
1446 é um problema sério dentro do ambiente marinho, porque um... o
1447 que poderia ser utilizado como matéria morta está levando junto toda
1448 aquela biota. Então... e como isso depende de um esclarecimento do
1449 IBAMA que está solicitando e o documento ele apenas aponta os
1450 problemas, então, eu acho que é melhor a gente... para não ficarmos
1451 aguardando, passar para o item seguinte que trata da implantação
1452 dos arrecifes artificiais em ambientes aquáticos.

1453

1454 **Wanderlei Reinecke - DILIQ-IBAMA**

1455

1456 Eu sou do IBAMA, eu queria que vocês aguardassem, porque o
1457 Clemeson que vai expor essas duas transparências aqui.

1458

1459 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1460

1461 Bom, como estamos aguardando o expositor, o item seguinte trata
1462 de... Todos eles são assuntos que dependem de esclarecimento do
1463 IBAMA, porque o item seguinte também é a solicitação do IBAMA,
1464 que é o licenciamento de pesca amadora e o seguinte, licenciamento
1465 de pesca profissional. Não sei se entre os presentes, enquanto nós
1466 aguardamos quem chegue, tem alguma manifestação a respeito de
1467 um desses temas, a gente pode ir discutindo.

1468

1469 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1470

1471 Eu estou sendo informada que o IBAMA solicitou a retirada de pauta
1472 desse processo número 6, que é pesca amadora, mas ele também
1473 precisa justificar a retirada de pauta, então também não podemos...
1474 E o item 8, que é o que trata de regulamentação da atividade de
1475 criação, concessão dos termos de guarda de animais silvestres,
1476 estabelecimento de normas para proteção de animais... Esse item
1477 tem uma série de documentos que já foram produzidos.

1478

1479 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1480

1481 Sra. Presidente, a CNI, a parte de fauna, maus tratos aos animais,
1482 nós também... já estava na pauta do ano passado, eu o fui
1483 responsável pela coordenação do grupo. E parte do não andamento
1484 do grupo foi minha culpa, então eu assumo aqui de pronto, teve
1485 problemas na CNI para ver se íamos continuar ou não, mas eu já
1486 conversei com o Sr. Abinde, com o Francisco que fazem parte
1487 dessa... propuseram esse trabalho e nós vamos dar continuidade. A

1488 *priori* me coloco a disposição para continuar como coordenador do
1489 grupo, para montar a estrutura, as pessoas já estão mais ou menos
1490 elencadas, pelo menos quem vai participar na montagem dessa
1491 resolução. E aí definir um cronograma e apresentar para vocês já na
1492 próxima reunião um encaminhamento mais descritivo, mais
1493 detalhado, mas também coloco à disposição quem quiser coordenar o
1494 grupo. No entanto, me coloco à disposição para dar continuidade a
1495 esse trabalho.

1496

1497 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1498

1499 Bom, esse... embora como você mesmo falou, não houve trabalho
1500 em si, mas esse é um tema que já tem vários documentos produzidos
1501 sob vários aspectos. Eu estou de acordo que dê prosseguimento,
1502 agora eu gostaria que a gente marcasse prazos, porque pela
1503 percepção que eu tenho, embora eu seja nova nessa Câmara Técnica,
1504 as coisas não estavam andando, porque não haviam prazos pré-
1505 determinados. Tanto que nós já estabelecemos um calendário para as
1506 próximas reuniões, acho que você deve ter conhecimento das
1507 próximas reuniões ainda desse ano. E uma das idéias é que a gente
1508 coloca um prazo: "bom em tal reunião eu posso apresentar dentro
1509 desse tema uma minuta e tal. A nossa próxima reunião, eu não sei
1510 exatamente o dia, mas deverá ser dentro de três meses.

1511

1512 **Mary Sorage P da Silva - Governo do Rio Grande do Norte**
1513 **(Relatoria)**

1514

1515 13 de setembro.

1516

1517 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1518

1519 13 de setembro. Então, um pouco menos de três meses, porque nós
1520 não queríamos que invadisse o mês de dezembro, porque é um mês
1521 muito complicado. Mary, a seguinte... 13 de setembro?

1522

1523 **Mary Sorage P da Silva - Governo do Rio Grande do Norte**
1524 **(Relatoria)**

1525

1526 13 de setembro e 10 de novembro.

1527

1528 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1529

1530 É. 10 de novembro. Tá. Então, você acha que até 13 de setembro?

1531

1532 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1533

1534 Como o IBAMA não está aqui, mas a gente já conversou, realmente
1535 as propostas bem... mas ela está um pouco... ficaram de melhorar as

1536 propostas na época. Então, nós vamos ter que conversar, *a priori*
1537 estão trabalhando, vai depender mais deles finalizar isso, a gente
1538 juntar o grupo, mas com certeza até o mês de setembro, a gente tem
1539 uma resposta boa. Eu não posso precisar o que nós vamos estar
1540 apresentando, no mínimo o programa de trabalho sobre o andamento
1541 do grupo, mas...

1542

1543 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1544

1545 Quanto tempo?

1546

1547 **Fernando Castanheira- Setor Florestal**

1548

1549 Ele tem seis meses e mais seis pelo...

1550

1551 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1552

1553 Não, são 3 meses!

1554

1555 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1556

1557 Não. seis mais 6, pelo regimento, pelo menos que eu lembro é seis
1558 mais 6.

1559

1560 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1561

1562 Não são 3 meses?

1563

1564 **Mary Sorage P da Silva - Governo do Rio Grande do Norte**
1565 **(Relatoria)**

1566

1567 Eu estou aqui com o regimento, o grupo de trabalho terá um prazo
1568 de três meses para sua instalação. E o prazo de conclusão de seus
1569 trabalhos será contabilizado a partir da data de sua primeira reunião.
1570 São seis meses, podendo se renovar.

1571

1572 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1573

1574 O que eu lembro é seis mais 6. A gente não vai ter isso tudo, não. A
1575 gente consegue terminar antes. Já está bem avançada, é só questão
1576 de juntar o pessoal, mas vamos dizer assim, para finalizar a minuta
1577 de proposta que a gente tem. Mas como estou falando, não estou
1578 afirmando nada, porque só estou coordenando o grupo, vai depender
1579 mais dos atores do que de mim.

1580

1581 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1582

1583 Esse grupo já foi instalado?

1584

1585 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1586

1587 Não é que foi instalado. Bom, pode-se considerar que foi instalado
1588 em julho do ano passado, mas efetivamente não trabalhou.

1589

1590 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1591

1592 Foi só criado?

1593

1594 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1595

1596 Foi só criado, não foi instalado.

1597

1598 **Julio Carlos França Resende - Ministério Ciência e Tecnologia**

1599

1600 Foi instalado na primeira realmente, então foi mal-criado.

1601

1602 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1603

1604 Nós temos que tomar uma providência então para instalá-lo. Pelo
1605 menos essa seria a primeira providência oficial que é instalar. E isso
1606 deve ter fixado? Ou não, só convocado? Uma vez instalado, esse
1607 grupo terá seis meses então, uma vez instalado proximamente de
1608 acordo com a direção aqui do CONAMA e para a próxima reunião
1609 termos assim algo palpável. Eu li toda aquela documentação que já
1610 consta. Tenho algumas idéias. É um tema bastante polêmico este de
1611 criação. Tem vários aspectos aí que são bastante complicados. E
1612 inclusive consta, inclusive dessa documentação, um termo que o
1613 proprietário deve assinar de posse de animais em cativeiro. Talvez
1614 dentro das discussões, como sugestão, simplificar um pouco, porque
1615 aquilo está um pouco complexo para uma pessoa comum que mora lá
1616 não sei aonde. Isso é uma sugestão, quer dizer, eu não me
1617 aprofundei, mas analisando a documentação, eu acho que o indivíduo
1618 que quer ter o seu papagaio que já tem há 20 anos e quiser continuar
1619 tendo, ele dificilmente vai conseguir preencher todos aqueles
1620 requisitos. Não que a gente não deva impor, eu acho que a gente
1621 deve e deve ter normas e tudo mais, mas tentar simplificar um pouco
1622 para facilidade nossa e dele.

1623

1624 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1625

1626 *A priori* o IBAMA tem essa percepção, tanto que nós fomos juntando
1627 desde os preservadores mesmo, dos animais, até os criadores. Então
1628 tem um rol de pessoas envolvidas bastante representativo de ambas
1629 as partes, vamos dizer, com desprezo. Eu acho que a gente vai
1630 chegar a um senso comum ainda de simplificação de documentação.
1631 Até porque o IBAMA também tem um aparelhamento deficitário no

1632 que tange a esses animais, de como os animais são capturados.

1633

1634 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1635

1636 É. O grande problema da captura: e depois fazer o quê, como?

1637

1638 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1639

1640 A reinserção...

1641

1642 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1643

1644 Esse é um problema bastante complexo. Eu e o Dr. Paulo estamos no
1645 Conselho do Zoológico, sabemos dos problemas que quando há uma
1646 captura, fazer o quê? O zoológico também não pode receber. Então,
1647 gera um enorme problema. Talvez simplificar. Eu não entendo muito
1648 dessa parte legal, mas eu acho que simplificar um pouco para que
1649 possa ser fiscalizado.

1650

1651 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1652

1653 A título de encaminhamento eu poderia sugerir que nós e o IBAMA
1654 num curto prazo, vamos dizer, nessa semana que entra, darmos uma
1655 idéia de prazo para instalação e já nos comprometermos ao dia 13 de
1656 setembro, trazer uma parte do resultado do trabalho nesse processo.

1657

1658 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1659

1660 Eu agradeço.

1661

1662 **Francisco Carrera - Secretaria de Promoção e Defesa dos**
1663 **Animais da Prefeitura do Rio de Janeiro**

1664

1665 Eu estou fazendo parte dessa comissão e gostaria de incluir a
1666 Secretaria como uma das participantes do grupo de trabalho que a
1667 senhora acabou de fazer referência. Nós temos inclusive uma
1668 contribuição jurídica, de ordem expressa, para encaminhar ao grupo
1669 de trabalho para que fosse encaminhada ao plenário.

1670

1671 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1672

1673 Quem mais quer se identificar?

1674

1675 **Luiz Paulo Amaral – presidente da ABRASE**

1676

1677 Luiz Paulo Amaral, presidente da ABRASE – Associação Brasileira de
1678 Criadores e Comerciantes. Eu queria saber do Dr. Fernando
1679 Castanheira: o IBAMA parece que enviou aqui para a Câmara Técnica

1680 do CONAMA a consulta pública realizada no início desse ano sobre
1681 normatização de criadouros, jardins zoológicos e guarda, enfim. Essa
1682 consulta pública que o IBAMA tinha feito, ela vai entrar na pauta do
1683 grupo de trabalho? Porque foi colocado no *site* do CONAMA, mas não
1684 dá a entender que ela faz parte daquele processo e vai entrar na
1685 pauta. Eu gostaria de saber se está na pauta de discussão do grupo
1686 de trabalho.

1687

1688 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1689

1690 Luiz Paulo, o grupo de trabalho efetivamente não foi implantado, mas
1691 *a priori* toda informação que poder ser disponibilizada para incorporar
1692 e melhorar a discussão vai ser bem-vinda. E certamente o IBAMA vai
1693 colocar isso na pauta. Com certeza, desculpe. Eu não posso falar pelo
1694 IBAMA, mas imagino que sim, pelo menos nós não vamos impedir.

1695

1696 **Mary Sorage P. da Silva – Governo do Rio Grande do Norte**
1697 **(Relatoria)**

1698

1699 Eu vou fazer as inscrições.

1700

1701 **João Pessoa – Coordenação da Gestão do Uso - IBAMA**

1702

1703 Meu nome é João pessoa, eu sou da coordenação de Gestão do Uso,
1704 que é a que está trabalhando no IBAMA na revisão, a elaboração da
1705 Norma Geral de Fauna. Um dos assuntos propostos pelo CONAMA foi
1706 a regulamentação da criação. Nós elaboramos essa Norma Geral de
1707 Fauna e colocamos em consulta pública durante o mês de janeiro e
1708 fevereiro. E nós estamos propondo que este assunto, se aprovado na
1709 Câmara Técnica seja retirado, visto que o assunto da regulamentação
1710 já foi muito discutido, inclusive por diversas entidades, mandaram
1711 sugestões, nós compilamos todas as sugestões e estamos para
1712 publicar esta norma em setembro, em outubro o mais tardar. Os
1713 outros dois assuntos que foram propostos que são termo de guarda
1714 voluntária e a questão de maus tratos, nós propomos que continue e
1715 seja discutido pelo grupo de trabalho da Câmara Técnica, visto que
1716 mesmo no próprio instituto nós não temos uma definição e estes
1717 assuntos não envolvem só o IBAMA, envolve diversas outras
1718 instituições interessadas, inclusive Ministério da Agricultura, entre
1719 outros. Então, nós propomos a retirada da parte de regulamentação
1720 da criação e a manutenção da questão de maus tratos e termo de
1721 guarda voluntária.

1722

1723 **Júlio Carlos França Rezende – Ministério da Ciência e**
1724 **Tecnologia**

1725

1726 Só para um esclarecimento. Vai sair então via portaria?

1727

1728 **João Pessoa – Coordenação da Gestão do Uso - IBAMA**

1729

1730 A questão da regulamentação da criação, que envolve muito a
1731 parte... Essa norma geral, ela está colocando numa mesma norma
1732 todas as nossas portarias de criadouro comercial, científico, a parte
1733 até zoológicos vai estar incluído e nesta norma geral nós estamos já
1734 prevendo também que os animais para *pet*, para criação, o que nos
1735 levou a trazer este assunto para o CONAMA.

1736

1737 **Paulo Nogueira-Neto – ADEMA**

1738

1739 Nosso esclarecimento a respeito, por que eu não entendi bem em que
1740 pé está, quer dizer, isso virá para cá? Por que a legislação do
1741 CONAMA é bem clara, que toda a área de recursos naturais precisa
1742 ser licenciada. Então, o CONAMA vai ter que se pronunciar. No
1743 momento, em que pé está a discussão? Isso está sendo feito no
1744 IBAMA, é isso?

1745

1746 **João Pessoa – Coordenação da Gestão do Uso - IBAMA**

1747

1748 Já saiu, já foi pra consulta pública e nós enviamos para nossa
1749 procuradoria jurídica e retornada nós estaríamos publicando essa
1750 Portaria.

1751

1752 **Paulo Nogueira Neto - ADEMA**

1753

1754 Mas isso, se for coisa do CONAMA, terá que passar por aqui.

1755

1756 **Luiz Paulo Amaral – presidente da ABRASE**

1757

1758 Dr. Nogueira, eu gostaria de comentar aqui, já que sou presidente de
1759 uma instituição com mais de 600 filiados entre jardins zoológicos,
1760 criadores científicos, comerciais, enfim. Foi feita a consulta pública,
1761 houve a manifestação de diversas entidades, porém não houve
1762 discussão entre as entidades. Eu desconheço, pelo menos por parte
1763 da ABRASE, foi solicitado ao diretor do IBAMA, Dr. Rômulo, mas não
1764 houve essa discussão, não houve a interface entre os diversos
1765 interessados na questão. Eles enviaram ao IBAMA... O IBAMA enviou
1766 ao CONAMA e ficamos bastante relaxados esperando que isso fosse
1767 discutido pela Câmara Técnica, grupo de trabalho. Então, eu acho
1768 que seria de bastante interesse da sociedade civil que permanecesse
1769 na discussão no grupo de trabalho.

1770

1771 **Francisco Carrera - Secretaria de Promoção e Defesa dos**
1772 **Animais da Prefeitura do Rio de Janeiro**

1773

1774 O senhor nos informou que o IBAMA já recebeu, em atendimento à
1775 consulta pública feita no *site* do próprio órgão, já recebeu diversas

1776 contribuições das mais diversas pessoas da sociedade civil. Porém, ao
1777 fazermos a consulta no mesmo *site*, nós não encontrávamos o teor
1778 dessas contribuições, onde elas estão, de que maneira podemos ter
1779 acesso a elas, até mesmo para embasar a própria contribuição que a
1780 própria Prefeitura do Rio de Janeiro poderia encaminhar para esse
1781 Conselho.

1782

1783 **João Pessoa – Coordenação da Gestão do Uso - IBAMA**

1784

1785 A nossa colocação é uma proposta, nós estamos abertos aqui se ficar
1786 definido que deva ser mais discutido dentro da Câmara Técnica ,nós
1787 iremos acatar. Agora, o que nós estamos propondo é que essa área
1788 ela necessita o quanto antes que esta normatização e essa revisão
1789 seja implementada, então nós estamos com essa proposta de
1790 setembro, outubro, junto com o lançamento dos nossos novos
1791 sistemas que são o SISCRI - Sistema de Criadouros e o SIZOO -
1792 Sistema de Zoológico para tentar, junto com a publicação da norma,
1793 que os sistemas também sejam implementados, porque os dois têm
1794 que ser lançados ao mesmo tempo.

1795

1796 **Francisco Carrera - Secretaria de Promoção e Defesa dos**
1797 **Animais da Prefeitura do Rio de Janeiro**

1798

1799 Sim, mas onde estão as demais contribuições? Como é que foi o
1800 processo de discussão dessas temáticas? De que forma foram
1801 apreciadas? Isso deveria ser externalizado. Nós gostaríamos muito de
1802 ter acesso a essas diversas contribuições até para chegarmos a um
1803 denominador comum. Não, literalmente, nos defrontarmos com uma
1804 disposição de ordem normativa, que de certa forma impõe diversas
1805 restrições à sociedade civil, ao menos que estas restrições sejam
1806 devidamente fundamentadas, dentro de um processo legal.

1807

1808 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1809

1810 João Pessoa, a gente já tem até... foi interessante porque você falou
1811 em setembro, a gente já tinha dado um prazo, que é 12 de setembro,
1812 para dar uma resposta. Até por conta de uma... isso foi uma
1813 proposição do próprio IBAMA. O Soavinsk que veio aqui, o Francisco,
1814 conversei com ele há 15 dias atrás, então, acho que o IBAMA não
1815 perde por estar colocando isso na discussão. O que a gente pode
1816 fazer é priorizar a questão da regulamentação da criação, já que tem
1817 prazo, a gente prioriza isso sem tirar da pauta e, ao mesmo tempo,
1818 bota Termo de Guarda e Maus Tratos também, mas na seqüência,
1819 para que a gente possa colocar todas essas contribuições e
1820 aumentar, melhorar a qualidade da discussão. Acho que se o IBAMA
1821 colocou em consulta pública, não é interesse do IBAMA de maneira
1822 nenhuma fazer uma coisa autoritária. Eu acho que não perde, está
1823 dentro do prazo que a gente propôs, começar já a partir disso daí. Se

1824 todo mundo concorda a gente vai por esse encaminhamento.

1825

1826 **Luiz Paulo Amaral – presidente da ABRASE**

1827

1828 Pela ABRASE eu concordo absolutamente.

1829

1830 **Marcio Vaz – ABCC**

1831

1832 Pela prefeitura também, eu concordo.

1833

1834 **Orador não identificado**

1835

1836 Com certeza, nós viemos com uma proposta, mas...

1837

1838 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
1839 **– Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

1840

1841 Na verdade, é uma questão mais de encaminhamento. Em
1842 consonância com o que foi tratado na coordenação do Grupo de
1843 Trabalho, toda essa discussão precisa ser levada para dentro do
1844 Grupo de Trabalho. Se já existe uma discussão dentro do CONAMA
1845 tratando dessa questão, acho que a gente tem que minimamente
1846 respeitar os encaminhamentos que estão sendo dados e fazer com
1847 que haja uma cominação de esforços no sentido de que haja uma
1848 publicação o mais consensuado possível. Simplesmente levar essa
1849 discussão para dentro do Grupo de Trabalho é o encaminhamento
1850 que eu sugiro.

1851

1852 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1853

1854 Eu acho que há um consenso que o Grupo de Trabalho encaminhe
1855 esse procedimento, como proposto pelo Fernando. Só por uma
1856 questão formal eu coloco em votação entre os membros da Câmara
1857 Técnica, se este será o nosso procedimento. Quem estiver de acordo
1858 permaneça como está, quem for contra se manifeste. Então, é mais
1859 fácil assim, então, dar esse encaminhamento até o dia 10 de
1860 setembro trazer o resultado. Então, Fernando, como você será o
1861 coordenador, você pode propor uma data para a instalação?

1862

1863 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

1864

1865 Semana que vem. Já pode instalar isso a partir da semana que vem.
1866 Semana de 4 a 8.

1867

1868 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1869

1870 Bom, então esse assunto foi encaminhado dessa maneira, acho que
1871 sairá algum resultado importante. O item seguinte que é o Item 9,

1872 trata de definição de vegetação de mata primária, de secundária e de
1873 regeneração da mata atlântica no estado de Minas Gerais. É óbvio
1874 que esta definição foi proposta por Minas Gerais, mas na realidade é
1875 uma definição do que é mata primária ou secundária, é universal para
1876 nós aqui no Brasil. Eu li o documento, até consultei colegas
1877 botânicos, porque os botânicos são os mais...

1878

1879 **Felipe Monteiro Diniz – Assessor Técnico do CONAMA**

1880

1881 Só para informar que tem um grupo de trabalho NO IBAMA em Minas
1882 Gerais, o IEF, de Minas, trabalhando em cima dessa proposta. Só
1883 que eles não deram retorno, eu liguei para alguns colegas do IBAMA
1884 e não tenho um documento formal desse GT.

1885

1886 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
1887 **– Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

1888

1889 Sra. Presidente, uma questão de ordem. Observando o regimento do
1890 CONAMA, no artigo 32 que trata das câmaras técnicas, em seu Inciso
1891 2º. O artigo 32 faz a caracterização do que compete a cada Câmara
1892 Técnica. A Câmara Técnica de Biodiversidade de Fauna e Recursos
1893 Pesqueiros cabe: normas e padrões de proteção à biodiversidade,
1894 normas e padrões de proteção a recursos pesqueiros e normas e
1895 critérios para o licenciamento ambiental das atividades potencial ou
1896 efetivamente poluidores. À Câmara Técnica 2, de florestas e
1897 atividades agrossilvopastoris, cabe a normatização de padrões
1898 relativos à legislação florestal. Eu acho que nós temos aqui uma
1899 questão de encaminhamento equívoco para a nossa Câmara Técnica,
1900 quando na verdade deveria estar na Câmara Técnica de Florestas e
1901 Atividades Agrossilvopastoris.

1902

1903 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1904

1905 Biodiversidade eu acho que não engloba apenas animais, engloba
1906 também a flora.

1907

1908 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
1909 **– Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

1910

1911 Eu sei, Sra. Presidente, o que acontece aqui é que a proposta é de
1912 estabelecimento de um padrão de vegetação primária e secundária, a
1913 gente está falando basicamente de floresta. E a gente tem uma
1914 Câmara Técnica que tem uma composição específica, ou seja, o que
1915 levou à construção dessa Câmara Técnica de Florestas e Atividades
1916 Agrossilvopastoris, levou em conta a afinidade das instituições
1917 representáveis. Acredito que deva haver algum equívoco no
1918 encaminhamento dessa proposta para cá. A minha sugestão de
1919 encaminhamento é que esta proposta seja encaminhada à Câmara

1920 Técnica de Florestas e Atividades Agrossilvopastoris. Eu gostaria de
1921 ver aqui votada essa proposta, para a gente não estar aqui lotando,
1922 no final, a nossa Câmara Técnica, com coisas que não fazem muita
1923 pertinência às nossas atribuições e competências regimentais.

1924

1925 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1926

1927 De fato existe uma Câmara Técnica que veio... Foi encaminhado para
1928 essa Câmara Técnica, não foi por caso que ela está aqui. Foi
1929 encaminhado pelo IBAMA para esta Câmara Técnica opinar. Eu acho
1930 que cabe, embora obviamente vá ser ouvida a Câmara Técnica de
1931 Florestas, a nossa Câmara Técnica também deve opinar. Isso não vai
1932 invalidar absolutamente qualquer opinião que a gente possa ter sobre
1933 o assunto, uma vez que nós tratamos de biodiversidade. Voltando,
1934 antes da sua questão de ordem eu estava mencionando que eu
1935 solicitei a colegas botânicos que analisassem as definições, porque o
1936 problema de definição de floresta é bastante complexo e quais são as
1937 espécies de fato que representam ou não isso, vai depender de cada
1938 linha de pensamento dentro de áreas diferentes. De qualquer forma,
1939 o retorno que eu tive foi que apenas havia uma necessidade que eu
1940 já tinha anotado que as definições estavam adequadas, sem
1941 entrarmos no mérito. Apenas havia uma necessidade que eu já tinha
1942 notado, foi por isso que eu solicitei ao colega botânico, da correção
1943 dos nomes. Os nomes das plantas estavam incorretos. Então eu tive
1944 o cuidado, com o auxílio de um botânico, de fazer toda essa correção
1945 dos nomes, porque um nome é muito importante, porque precisamos
1946 saber o que estamos protegendo. Embora haja uma certa aversão à
1947 sistemática, o nome é fundamental. Como contribuição nossa foi
1948 encaminhada a esta Câmara Técnica, então nós devemos analisar
1949 qual pode ser a nossa contribuição. Eu considero que por se tratar de
1950 um tema de uma especialidade científica, que um botânico, ou um ou
1951 mais botânicos, dê um parecer sobre a definição. Eu não sei se isso é
1952 possível ou não.

1953

1954 **Felipe Monteiro Diniz – Assessor Técnico do CONAMA**

1955

1956 Pode.

1957

1958 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1959

1960 Eu acho que não tem sentido, na minha opinião, nós constituirmos
1961 um grupo de trabalho para dar uma opinião se as definições são
1962 corretas. Porque são áreas muito técnicas e quem deve definir são
1963 especialistas da área. Então a minha sugestão é pedir a algum
1964 especialista de botânica de mais de uma Universidade para dar uma
1965 opinião se os termos estão adequados. A correção dos nomes já foi
1966 feita, agora eu acho que precisaria de um parecer.

1967

1968 **Júlio Carlos França Rezende – Ministério da Ciência e**
1969 **Tecnologia**

1970

1971 Eu não quero polemizar muito sobre isso, mas eu tenho que
1972 concordar com o colega aqui da SEAP. Na verdade, a Câmara Técnica
1973 eu não sei a constituição dela, a parte de Florestas e Atividades
1974 Agrossilvopastoris. Mas de maneira geral são pessoas relacionadas à
1975 área, entidades relacionadas à área de interesse mais afim.

1976

1977 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

1978

1979 Mas é de cultivo geral.

1980

1981 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
1982 **– Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

1983

1984 Florestas e atividades.

1985

1986 **Júlio Carlos França Rezende – Ministério da Ciência e**
1987 **Tecnologia**

1988

1989 Eu acho que a gente não deve... discutir a questão, mas acredito que
1990 lá tem uma definição mais técnica sobre isso do que aqui. Nenhum de
1991 nós aqui é especialista nesta questão de mata primária e secundária,
1992 não são botânicos, acho que são.

1993

1994 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)-**
1995 **Comunidade Científica (Presidente)**

1996

1997 Por isso mesmo que eu solicitei um botânico que me desse um
1998 parecer inicial. Eu acho que para que a gente possa ter um parecer
1999 formal, foi informal, poderia ser solicitado ao botânico que falasse se
2000 estas definições estão adequadas ou não, eu não vejo qual o
2001 problema de se solicitar o parecer técnico.

2002

2003 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

2004

2005 Eu tenho duas considerações. A primeira é histórica. Isso foi uma
2006 proposta do Governo de Minas e o próprio Governo de Minas pediu
2007 para parar. E continua pedindo para parar, na medida em que ele
2008 está discutindo isso lá. Então, até que o proponente não estabeleça o
2009 que ele realmente quer com essa questão, eu acho que a nossa
2010 Câmara não deve se pronunciar. Porque a gente não sabe se ele vai
2011 querer realmente que nós façamos um posicionamento A ou B. O
2012 primeiro seria neste sentido, porque a gente sente uma certa
2013 relutância do Governo de Minas em falar exatamente o que ele quer
2014 com essa história. Segundo, que estamos tratando especificamente
2015 de uma questão de Minas Gerais e esse não é só um trabalho de um

2016 ecólogo e de um botânico. Tem escolas de floresta, eu sou um
2017 engenheiro florestal, tenho especialização nesse área, então, tem
2018 boas escolas de florestas de Minas Gerais que podem muito bem
2019 auxiliar no caso específico de Minas, coisa que eu acho que não deve
2020 ser pauta agora da ação da Câmara Técnica no sentido de que a
2021 gente não tem uma delimitação muito exata, até porque nem o
2022 pessoal de Minas está aqui presente e segundo... Então, na verdade,
2023 eu coloco... deixa suspenso aí na pauta até que eles se pronunciem.

2024

2025 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

2026

2027 Está na Câmara Técnica porque foi solicitado. Nós estamos discutindo
2028 um tema que foi solicitado. Por outro lado deveria existir algumas
2029 normas para se propor um tema para discutir numa Câmara Técnica.
2030 Porque alguém tem uma idéia lá: "Olha, eu vou propor para discutir
2031 na Câmara Técnica tal". E depois não dá continuidade ao tema. Isso
2032 inviabiliza qualquer trabalho, porque a gente começa, discute, perde
2033 um tempo, discute um assunto e depois aquilo não tem continuidade,
2034 eu acho inútil. Então nós estamos perdendo o nosso tempo. Foi por
2035 isso que eu pensei que não se faz grupo de trabalho para isso de
2036 forma alguma, mas solicitar o parecer técnico. Se o plenário achar
2037 melhor deixar isso dormindo até que haja uma manifestação... Agora
2038 o que é fato de fazer uma definição do que é uma mata primária e
2039 secundária não acho ruim não.

2040

2041 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

2042

2043 Eu também não. Porque a gente pode dar definição de vários outros
2044 aspectos. Tem um projeto de lei no Congresso Nacional que trata de
2045 mata atlântica, vai falar sobre estágios sucessionais, tem toda uma
2046 discussão sendo feita dentro da área de biodiversidade. Quer dizer,
2047 aqui é uma ajuda, desde que, o que você falou, a gente pode estar
2048 abrindo um precedente de que qualquer um chega com qualquer
2049 tema, gasta o nosso tempo e irresponsavelmente não sabe para que
2050 a gente está gastando. Gastou telefonema, gastou tempo para fazer
2051 isso. Eu acho que na verdade não deixar em *stand by* não. Eu refaço
2052 a minha solicitação de encaminhamento. Na verdade é encaminhar ao
2053 IEF, ou ao proponente, para que dê uma posição exata de que tipo
2054 de encaminhamento, caso contrário tiraremos o assunto de pauta.

2055

2056 **Paulo Nogueira-Neto – ADEMA**

2057

2058 Eu quero dizer que realmente nós temos que ver quais as
2059 repercussões junto ao projeto que regula a exploração da mata
2060 atlântica, porque isso é uma coisa muito importante nesse processo
2061 de diferenciação de mata primária e mata secundária. Mata primária
2062 é aquela que vai permanecer sempre e a secundária pode ser
2063 objetivo de algum tipo de exploração. Está em estudo ainda no

2064 Congresso, mas acho que é uma coisa que pode ter repercussão
2065 muito grande. Para mim, tecnicamente, a mata primária é a mata
2066 que está num clímax. E a mata secundária é a que está nos vários
2067 estágios da sucessão ecológica da floresta. Mas precisamos ver
2068 exatamente a discussão do projeto de lei que está sendo discutido no
2069 Congresso.

2070

2071 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**
2072 **– Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

2073

2074 Sra. Presidente, dando seqüência ao encaminhamento que eu havia
2075 proposto, eu havia solicitado que fosse colocado em regime de
2076 votação e até então não fui atendido. Esta proposta de
2077 encaminhamento à Câmara Técnica de Florestas e Atividades
2078 Agrossilvopastoris, que ao que me parece, é a Câmara Técnica que
2079 tem realmente uma maior afinidade com esta temática. A minha
2080 solicitação é de que seja colocado em votação a definição de
2081 encaminhar ou não esta temática para a Câmara Técnica,
2082 ressaltando que existe no Congresso Nacional um projeto de lei
2083 tratando dessa questão e inclusive remeter conjuntamente as
2084 orientações contidas no parecer que a senhora apresenta agora e
2085 encaminhar à Câmara Técnica afim. Se nós tivéssemos tratando de
2086 uma questão mais ampla do ponto de vista da biodiversidade, se iria
2087 comprometer proteção ou não à biodiversidade. Mas é um
2088 encaminhamento em relação à definição extremamente específica do
2089 ponto de vista da estrutura de florestas, eu sinceramente insisto na
2090 colocação em votação para definir que Câmara Técnica vai se
2091 posicionar melhor.

2092

2093 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

2094

2095 Eu não sei, eu realmente tenho dúvidas se é nossa função
2096 encaminhar para a Câmara de Floresta ou, como sugeriu o Fernando,
2097 encaminhar para o próprio solicitante.

2098

2099 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

2100

2101 Na verdade, a gente está reclamando que está mal direcionado para
2102 a nossa Câmara. Vamos fazer um encaminhamento também mal
2103 direcionado? Eu continuo colocando assim: vamos fazer o
2104 encaminhamento ao IEF, porque na verdade a gente não sabe o que
2105 está contextualizado à solicitação de levantamento de estágios
2106 sucessoriais na mata atlântica de Minas Gerais. Na verdade nem eles
2107 sabem já que eles estão discutindo no âmbito do Estado. Então, eu
2108 reforço, acho que a posição seria: faz um encaminhamento ao IEF,
2109 não sei se foi o IEF exatamente.

2110

2111

2112 **Elizabeth Holfing – Comunidade Científica (Presidente)**

2113

2114 É o IEF.

2115

2116 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

2117

2118 Então, se é o IEF, que ele retorne e fale exatamente qual é o

2119 encaminhamento que você quer que a Câmara Técnica dê a esse

2120 assunto.

2121

2122 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2123 **– Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2124

2125 Eu retiro a minha questão de ordem, a minha questão de

2126 encaminhamento e acordo com o encaminhamento dado pelo

2127 Fernando.

2128

2129 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)-**

2130 **Comunidade Científica (Presidente)**

2131

2132 Quem estiver de acordo para que esse encaminhamento seja ao IEF

2133 para que inclusive fale em que contexto isto está situado, porque é

2134 uma coisa meio solta... Quem for a favor, permaneça como está.

2135 Quem for contra, se manifeste. Então, foi aprovado.

2136

2137 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

2138

2139 Com prazo.

2140 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)-**

2141 **Comunidade Científica (Presidente)**

2142

2143 Ah, sim, o prazo... até a última quinzena de agosto. Porque a gente

2144 precisa receber a documentação antes. Até dia 19 de agosto. Então,

2145 será encaminhado na próxima semana ao IEF, solicitando que até o

2146 dia 19 de agosto eles dêem um retorno. Voltamos ao Item 4 que é o

2147 controle da exploração e exportação de algas calcárias, que deverá

2148 ser exposto pelo Ugo que agora está presente. Então. Ugo, eu passo

2149 a palavra a você. Só por uma questão de ordem, como houve essa

2150 inversão da pauta, o Ugo, do IBAMA, vai apresentar então primeiro

2151 este tema que é o controle da exploração das algas calcárias.

2152

2153 **Ugo Eichler Vercillo – DIFAP/IBAMA**

2154

2155 Boa tarde. Desculpe, Presidente, o atraso, mas o trânsito de Brasília

2156 está um pouco congestionado. A questão da regulamentação de

2157 arrecifes artificiais surgiu em função de uma demanda muito grande

2158 da sociedade civil que vem então demandando tanto do IBAMA

2159 quanto vem atuando de forma desordenada na questão de . E isso

2160 vem ocorrendo desde a década de 70, mas atualmente em 90 e no
2161 começo de 2000 tem uma presente demanda junto ao IBAMA,
2162 existindo até inclusive atualmente o apoio de entidades
2163 governamentais para que essa atividade seja exercida. Só que as
2164 atividades, apesar de não existir uma legislação clara e específica
2165 dizendo o quê deve ser licenciado, se a gente buscar por base o que
2166 a gente já tem em regulamentações, fica clara a necessidade de
2167 existir uma regulamentação para isso. Então, tínhamos a CONAMA
2168 237 que já definiria o licenciamento ambiental para as atividades
2169 potencialmente poluidoras, a CONAMA 258 de 1999 que define que a
2170 destinação dos pneumáticos deve ser adequada, não sendo
2171 expostos... que tenha critérios definidos, existe um decreto 5.300 de
2172 2004 que vai definir a política nacional de gestão costeira, que define
2173 claramente que o arrecife artificial deve ser submetido a uma
2174 legislação específica, uma regulamentação específica que deve ser via
2175 CONAMA. Posteriormente a ele temos o decreto número 5.300 de
2176 2005 que é da Política Nacional de Recursos do Mar, o qual ele
2177 ratifica o Código de Conduta para a Pesca Responsável e o que fica
2178 bem claro no momento que ele define que o uso de arrecifes
2179 artificiais ... deve ter ... pesqueiro, só que de uma forma
2180 regulamentada. Atualmente já existem mais de 20 propostas dentro
2181 de IBAMA para que seja feita essa atividade, estas propostas vêm de
2182 universidades, prefeituras, meio ambiente, associações da
2183 sociedade civil, pessoas físicas, ONGs, e até grandes estatais como a
2184 Petrobrás. Dentro das propostas que a gente tem no IBAMA que são
2185 bem diferentes, incluem diversos tipos de materiais para serem
2186 usados, que vão de aço a pneu, inclusive com descarte de fogão,
2187 geladeira, que são coisas que A finalidade também é bem distinta,
2188 vai desde a pesquisa até a questão da produção e da Além de
2189 existirem essas propostas, temos levantado pela Luciana de
2190 Figueiredo Bastos alguns empreendimentos que já existem ao longo
2191 da costa brasileira, nesta pequena ilustração com os tipos de
2192 materiais utilizados e na região onde ele se localiza. Então, no Ceará,
2193 temos todos os materiais, tipos de concreto, pneu, metal, bóias
2194 atratoras, destroços de carros, embarcações afundadas e alguns
2195 aglomerados, utilizando redes e plásticos. Isso daí tem para toda a
2196 costa, mas os estados que a gente identificou principalmente são
2197 esses. Aí, em função das demandas e da necessidade de gerar
2198 conhecimento sobre esse tema, o IBAMA, por meio da coordenação
2199 recursos pesqueiros, autorizou dois empreendimentos, que foi o
2200 projeto Petrobrás do Rio das Ostras, com ... de material de material
2201 ... fonte de petróleo, e o ex-navio hidrográfico Órion. Foi uma
2202 pesquisa que seguiu todo o trâmite de licenciamento simplificado que
2203 a medida 237 permite e mesmo assim o Ministério Público submeteu
2204 ao IBAMA a regulamentação para que a atividade fosse licenciada
2205 com a LI, LO e LP. Atualmente o que existe é o projeto feito na
2206 Câmara dos Deputados que é o PL 3.292 e o atual momento, a
2207 comissão de justiça e cidadania do deputado José Sarney. É de

2208 necessidade urgente que a gente tem de tratar essa questão, o
2209 IBAMA fez uma proposta ao CONAMA para que fosse a atividade, a
2210 minuta de Resolução que a gente elaborou foi trabalhado com base
2211 nos terminais ... Rio de Janeiro em 2003, com base em Brasília em
2212 2004, com base no próprio PL que está sendo discutida a na Câmara
2213 dos Deputados, e ainda com base nesse projeto de pesquisa que a
2214 gente submeteu. O que essa resolução propõe? Inicialmente quero
2215 deixar bem claro que existe sim a necessidade, a exigência de
2216 licenciamento ambiental. E a segunda coisa que a gente
2217 responsabiliza o proponente em todas as etapas, não é só na
2218 colocação, desde a colocação, a manutenção e a retirada do
2219 empreendimento, caso seja identificado que este causa um potencial
2220 risco ao ambiente ou à navegação. O terceiro item estabelece quais
2221 são os critérios para que seja solicitado. É proposto um projeto que
2222 seria o programa de comunicação social,..., votação, programa de
2223 plano de avaliação e plano de remoção. Além, disso, propõe a
2224 criação de um grupo de trabalho sobre impactos sociais, que tem o
2225 objetivo claro de revisar a norma e ver se está adequado ou não e
2226 elaborar o plano nacional de arrecifes artificiais. Este plano teria por
2227 objetivo estabelecer primeiramente, no prazo de ... dias, as diretrizes
2228 nacionais da atividade e posteriormente, atuando de forma regional e
2229 com componentes regionais, para que houvesse o zoneamento das
2230 atividades, ou seja, verificando quais as áreas que teriam a aptidão
2231 ou não para receberem esse ... e qual seria o material a ser utilizado
2232 e a finalidade desse ... industrial. Além disso introduz um novo
2233 instrumento que é a questão da taxa de ... ambiental, que seria uma
2234 taxa utilizada para subsidiar a elaboração desses planos, desses
2235 componentes regionais e além disso gerir diretamente a questão do
2236 uso dos recursos pesqueiros.

2237 Mas houve durante a discussão entre o IBAMA, diretoria de recurso
2238 ambiental e a coordenação de recursos pesqueiros junto ao pessoal
2239 do meio ambiente, ainda surgiram algumas dúvidas com relação a
2240 essa proposta apresentada ... acreditamos que esta Câmara Técnica
2241 tem o âmbito melhor para ser trabalhado isso. Porque a primeira
2242 questão seria que as bóias atratoras, que são dispositivos muito
2243 semelhantes ao ... só que a diferença é o seguinte: os recifes
2244 artificiais ficam no fundo e as bóias ficariam boiando.

2245

2246 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
2247 **– Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2248

2249 Já respondeu na verdade.

2250

2251 **Ugo Eichler Vercillo – DIFAP/IBAMA**

2252

2253 Já está claro. Então, se haveria uma mesma norma ou uma norma
2254 específica para esta atividade. Segunda questão é em função do
2255 produto gerado: se deveria haver uma cessão de uso, se o

2256 empreendedor ele tem a proposta de instalar o recife artificial para a
2257 atividade turística, gerará um conflito entre ele e os pescadores que
2258 foram atuar na área dele. A proposta que está em pauta é contrária a
2259 ... União, é a favor do uso exclusivo do poder público. Mas é um
2260 ponto técnico para discutir na Câmara Técnica.

2261

2262 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
2263 **– Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2264

2265 Desculpe, repete para mim.

2266

2267 **Ugo Eichler Vercillo – DIFAP/IBAMA**

2268

2269 Se deve haver cessão ou não de água para o entorno do
2270 empreendimento, ou seja, se um hotel fez um arrecife para
2271 mergulho, a comunidade poderia pescar ali ou não? Essa é a questão.
2272 Eles vão querer pescar ali porque ali vai ser um bom pesqueiro, só
2273 que vai ter conflito entre os mergulhadores amadores e o pessoal
2274 que estará pescando lá. A segunda questão seria se a taxa ambiental
2275 é aplicável ou não e como a gente faria esse E a terceira questão
2276 seria a conversão de estruturas pré-existentes, no caso, plataformas
2277 de petróleo e embarcações que já estão em alto mar, poderiam ser
2278 convertidas para Essa proposta de conversão já se refere... com
2279 base nos Estados Unidos, Texas, no qual existe a conversão e incute
2280 numa redução de custo de mais de 60% para a empresa. São três
2281 formas de se fazer essa conversão, a primeira removendo a
2282 plataforma e levando ao local de destino, o segundo é um simples
2283 tombamento e o terceiro é um ... parcial dela e afundamento da
2284 parte superior. A gente propõe que para haver essa conversão haja
2285 primeiramente um licenciamento ambiental a atividade, o devido
2286 descomissionamento, o local pré-definido, e que atenda às diretrizes
2287 do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e claro ... ambiental.

2288

2289 **Elizabeth Höfling – Comunidade Científica (Presidente)**

2290

2291 Obrigada, Ugo. Bom, então, Ugo, você vai ser questionado, tem
2292 várias coisas, não é ?

2293

2294 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
2295 **– Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2296

2297 Esse tema é realmente um tema bastante interessante, a Secretaria
2298 Especial de Aqüicultura e Pesca inclusive conta com uma ação
2299 orçamentária dentro do PPA para incentivar e fomentar a instalação
2300 de estruturas do tipo arrecifes artificiais, ou recifes artificiais, como
2301 medida não só de contenção da pesca depredatória como existe em
2302 alguns locais, minimizando área de atuação de embarcações de
2303 arrasto, mas também com a utilização desses recifes para aumento

2304 da capacidade, aumento da produtividade e conseqüentemente da
2305 capacidade de produção de determinadas áreas. No Japão, para esse
2306 ano estão sendo previstos mais de 3 bilhões de dólares de
2307 investimentos em recifes artificiais para incremento da produção de
2308 utilidade na ... do japonês, ou seja, estão trabalhando já há cerca de
2309 40 anos, mas é impressionante como esse negócio funciona e
2310 funciona muito bem, não se preocupa a utilização de certos materiais
2311 como é o caso do pneu, que é realmente uma coisa temerária de ser
2312 observada porque também a gente não quer colocar o lixo no mar,
2313 não é isso. Mas o que eu gostaria primeiro de solicitar ao CONAMA e
2314 à nossa assessoria que nos encaminhasse o PL 3.292 de 2004 que
2315 trata da questão dos arrecifes artificiais para a gente aqui não estar
2316 fazendo uma coisa diferente da outra, ou então está sendo proposto
2317 no nível de lei uma coisa e a gente está trabalhando de forma
2318 descompassada. Então, que esse PL viesse para nós para nos
2319 subsidiar na adoção de qualquer uma das medidas. E também que
2320 fosse encaminhado a nós pelo próprio IBAMA, ele colocou uma série
2321 de questionamentos, por exemplo, o licenciamento: quem faz o
2322 licenciamento, que tipo de licenciamento é, em três etapas, são em
2323 etapas sucessivas, o que o IBAMA em si efetivamente propõe e qual é
2324 a justificativa técnica. Uma outra questão foi a da taxa. Você falou de
2325 uma taxa... axa de compensação ambiental, certo? Na verdade, a
2326 Resolução CONAMA não tem poder de lei para criar taxa, a gente não
2327 pode criar taxa aqui. Ah, direcionar essa atividade para incidir sobre a
2328 TCSA, no caso, a taxa de controle ambiental, não é isso?

2329

2330 **Orador não identificado**

2331

2332 Que ela fosse diretamente aplicada na área de pesqueiros e não ...

2333

2334 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
2335 **– Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2336

2337 Perfeito. Então existe um processo de fiscalização previsto para a
2338 utilização disso aí pelo IBAMA, que é a fiscalização é que corrobora a
2339 questão da TCSA, então o IBAMA teria que justificar isso a partir E
2340 por último, ressaltar que existe uma figura jurídica que na verdade é
2341 um instrumento que é mais precário do que a cessão, é um
2342 autorização de uso de águas de domínio da União. E envolvido nessa
2343 questão de uso de águas de domínio da União, reuniu-se durante o
2344 ano de 2003 um grupo de 12 ministérios que trataram dessa questão
2345 que culminou com a autorização de uso antes da cessão de uso
2346 efetivamente, mas optou-se por trabalhar com instrumento mais
2347 precário para que a gente tivesse a possibilidade de revogar qualquer
2348 ato independentemente do interesse público. Então, já existe uma
2349 normatização que poderia, eu acredito que seja parcialmente
2350 adequada, que envolve a Secretaria de Patrimônio da União, envolve
2351 a Marinha do Brasil que é fundamental não só na questão dos

2352 arrecifes mas na questão dos ... que tem uma evidência muito forte
2353 da salvaguarda da vida e do A participação da Marinha em
2354 qualquer proposta como esta é fundamental, inclusive porque tem
2355 áreas de manobra da Marinha e tudo mais. Da mesma forma está
2356 envolvido o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA também nessa
2357 questão de E o que precisa talvez é que seja possibilitado, nós
2358 estamos ajustando um procedimento pré-existente à solicitação que
2359 já se encontra feita. Então, era na verdade uma solicitação de
2360 esclarecimentos que a gente gostaria que dessem as informações
2361 visando atender por parte do IBAMA Vai ser cobrada o TCSA por
2362 quê? Vai ter uma fiscalização? Qual é o custo desta fiscalização que o
2363 IBAMA está propondo? Algo que justifique pra gente, porque isso vai
2364 ter uma repercussão financeira, já que a TCSA existe para auxiliar no
2365 processo de fiscalização.

2366

2367 **Ugo Eichler Vercillo – DIFAP/IBAMA**

2368

2369 Em relação ao primeiro ponto, foi a questão do PL 3.292. Esse PL foi
2370 uma das bases do nosso trabalho. Além de ter dado parecer para que
2371 ele fosse elaborado por meio da Comissão de Meio Ambiente também
2372 o IBAMA foi ouvido em todas as etapas de elaboração e ele serviu de
2373 base jamais proporia um instrumento que fosse contrário ou de forma
2374 menos restritiva do que a lei.

2375

2376 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
2377 **– Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2378

2379 Desculpe... a questão da... eu não estou dizendo aqui que está sendo
2380 proposto, o que nós queremos como conselheiros é justamente
2381 confrontar Eu não estou afirmando absolutamente nada. Agora,
2382 me estranha é que o IBAMA já está propondo um projeto de lei e vem
2383 propor uma Resolução CONAMA.

2384

2385 **Ugo Eichler Vercillo – DIFAP/IBAMA**

2386

2387 Desculpe, mas de forma alguma a gente não está propondo projeto
2388 de lei, quem propôs foi o Deputado Júlio Lopes. Apenas fomos
2389 consultados para verificar se estava adequado ou não. Como poder
2390 executivo com competência para atuar nesta área, tivemos que dar
2391 nosso parecer a respeito do assunto, propondo adequações que
2392 julgamos pertinentes. Com relação à questão de licenciamento,
2393 infelizmente a gente atrasou para mandar a norma em tempo prévio
2394 para vocês poderem analisar, ... todos os itens que você questionou:
2395 uma LI, uma LO ou uma LP, está tudo exposto nela. Acho que depois
2396 de analisar a gente pode discutir isso.

2397

2398

2399

2400

2401 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2402

2403 Esse documento, só para esclarecer, chegou ontem não houve tempo
2404 de ser distribuído aos membros dessa Câmara Técnica e ele vai ser
2405 distribuído e analisado com calma porque ele chegou ontem, nem eu
2406 tinha conhecimento do documento. Então eu acho que cabe a nós
2407 analisarmos para a próxima reunião esse documento. Agora, eu me
2408 preocupo muito, só quero fazer um alerta: não entendo esse sistema,
2409 mas me parece que, alguém leigo que está vindo de fora, que parece
2410 que o mar virou um grande lixão. Tudo se joga no mar para
2411 possibilitar a criação de fauna e flora. Eu acho que isso sem um
2412 embasamento técnico e científico deve ser eliminado da nossa
2413 consideração, mas de qualquer forma nós não analisamos o
2414 documento mas eu só alerta que nós precisamos tomar muito
2415 cuidado com o nosso meio ambiente, principalmente o mar, e tudo
2416 sendo jogado dentro do mar. Com esse objetivo eu tenho um certo
2417 receio. Pode ser que existam trabalhos que comprovem que aquilo dá
2418 resultados, agora nós precisamos ter certeza disso antes de
2419 tomarmos alguma decisão.

2420 Quanto a esse documento eu vou pedir ao Marcelo, como está aqui
2421 no processo, que nos encaminhe...

2422

2423 **Felipe Monteiro Diniz - Assessor Técnico do CONAMA**

2424

2425 A secretária vai enviar então essa proposta do IBAMA aos senhores
2426 interessados. Na verdade pedi ontem ao nosso apoio técnico já
2427 colocar na página. Só que como o nosso servidor não está
2428 trabalhando muito bem nesses últimos tempos, está com alguns
2429 problemas terríveis lá, eu vou encaminhar por *e-mail* para os
2430 senhores, esse e a PL 3.292. Vou aproveitar e encaminho os dois
2431 documentos. Aí dá pra fazer uma análise conjunta se os senhores não
2432 se incomodarem.

2433

2434 **Mary Sorage P. da Silva - Governo do Rio Grande do Norte
(Relatoria)**

2436

2437 Na realidade eu teria um questionamento a fazer ao Ugo, mas eu
2438 acredito que... eu gostaria de sugerir que este assunto fosse retirado
2439 de pauta em virtude que a gente ainda vai analisar esse documento.
2440 A gente não vai poder ficar discutindo em cima de um documento que
2441 a gente não apreciou ainda.

2442

2443 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2444

2445 Será então transferida a discussão para a próxima reunião.

2446

2447

2448

2449 **Ugo Eich Vercillo - DIFAP/IBAMA**

2450

2451 Presidente, eu gostaria só de fazer um aparte com a sua colocação de
2452 que, da necessidade de um embasamento científico para se utilizar o
2453 ... essa é a preocupação que o IBAMA vem levantando desde antes
2454 de 2003, e em função disso já foram realizadas, inclusive com a
2455 participação da SEAP, duas reuniões sobre isso, envolvendo os
2456 maiores especialistas brasileiros no assunto internacionais para a
2457 discussão do tema. Em função dessas reuniões foi proposta essa
2458 norma.

2459

2460 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2461

2462 Sei.

2463

2464 **Ugo Eich Vercillo - DIFAP/IBAMA**

2465

2466 Certo? Obrigado.

2467

2468 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2469

2470 Eu não estou pré-julgando só estou alertando que a gente precisa ter
2471 cuidado com aquilo a gente vai fazer com o mar, mas ainda não
2472 analisei a documentação.

2473 Então esse tema ele deve ser analisado na próxima reunião.

2474 Passo a palavra ao Felipe pra comunicar, pois ele recebeu as
2475 informações.

2476

2477 **Felipe Monteiro Diniz - Assessor Técnico do CONAMA**

2478

2479 Eu não sei se alguém do IBAMA quer se manifestar ou se o Marcelo
2480 quer se manifestar? Mas com relação ao item 4 da pauta, que
2481 encaminha o tema para a apreciação em nível de diretoria, câmaras
2482 técnicas de plenário para ser estudada e analisada, controle da
2483 exploração/exploração de algas calcárias, eu conversei com o
2484 Clemérson por telefone um pouco antes dessa reunião pra perguntar
2485 em que pé estava e ele na reunião passada havia se decidido que
2486 precisava fazer uma articulação entre SEAP, IBAMA e DNPM. E como
2487 essa situação, ainda não se conseguiu fazer essa articulação, ele iria
2488 pedir à Câmara Técnica para que fosse avaliado na próxima reunião;
2489 é esse o comunicado.

2490

2491 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
2492 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2493

2494 A respeito do item 3.4 da pauta, a proposição da Secretaria Especial
2495 de Aqüicultura e Pesca é de que seja repassado para a próxima

2496 reunião porque em virtude justamente de não ter sido possível a
2497 articulação entre o SEAP, IBAMA E DNPM. Apesar da urgência, eu
2498 quero salientar, inclusive eu gostaria até de fazer constar na pauta,
2499 que a gente percebe a urgência que tem o tema, as pessoas que
2500 estão dependendo desta regulamentação para começar a atuar,
2501 todavia não foi possível ainda essa articulação.

2502

2503 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2504

2505 Bom, pelo jeito que a pauta está caminhando nós vamos... Eu estou
2506 percebendo que nós vamos passar todos os itens para a próxima
2507 reunião. Vai ser uma maravilha! A próxima reunião vai estar
2508 completamente bloqueada.

2509

2510 **Mary Sorage P. da Silva - Governo do Rio Grande do Norte**
2511 **(Relatoria)**

2512

2513 Só dentro disso que a senhora Presidente falou, que é uma questão
2514 preocupante, porque há um no atrás nós discutimos esse tema e uma
2515 das tendências foi o tratamento e a articulação entre esses órgãos,
2516 não é? Então eu acho que a gente tem que passar a definir datas,
2517 porque senão a gente vai passar dois anos novamente sem progredir
2518 e sem tratar de assuntos tão relevantes que chegam até essa
2519 Câmara.

2520

2521 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2522

2523 Bom, então esse tema, por falta da discussão entre os órgãos
2524 pertinentes, nós não podemos discuti-lo no momento. Então nos
2525 sobram dois temas: o referente ao licenciamento de pesca amador e
2526 licenciamento de pesca profissional.

2527

2528 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

2529

2530 Pesca amadora não está em pauta.

2531

2532 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2533

2534 Foi solicitada a retirada de pauta desse tema e consta da pauta para
2535 nós decidirmos se retira ou não uma vez que também falta
2536 embasamento para que se possa decidir.

2537

2538 **Felipe Monteiro Diniz - Assessor Técnico do CONAMA**

2539

2540 Houve um pedido por parte do IBAMA de retirada de pauta, pelo
2541 IBAMA entender que a questão do licenciamento da pesca amadora é
2542 uma questão muito mais de harmonização de política regional do
2543 órgão com os estados, então, para o IBAMA, interessado, não tinha

2544 mais sentido em manter isso em processo nesta Câmara Técnica. Eu
2545 só não tirei porque eu preciso de uma deliberação oficial da Câmara
2546 Técnica pra saber se tira ou não.

2547

2548 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2549

2550 Bom, em discussão.

2551

2552 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
2553 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2554

2555 Senhora Presidente. Na verdade os dois temas, os temas 3.6 e 3.7,
2556 teriam o mesmo encaminhamento tanto para pesca amadora quanto
2557 a pesca profissional. E a fundamentação na verdade é que o
2558 arcabouço jurídico existente hoje nesse país, no caso referente a
2559 proibição da pesca, a nível de lei é o Decreto-Lei número 221 que já
2560 estabelece uma estrutura de licenciamento de pesca, ou seja, não é
2561 nem de licenciamento local é de licenciamento de pesca. Então você
2562 tem uma resolução de licenciamento de pesca pelo IBAMA e no caso
2563 pela Secretaria também. Então, a nossa proposta, para que a gente
2564 possa estar regulamentando do ponto de vista ambiental isso aqui,
2565 nós estamos propondo um projeto de lei que está tramitando no
2566 Congresso, já passou inclusive pela CPJ e está agora em fase final,
2567 tramita por mais duas câmaras e vai para a plenária efetivamente.
2568 Então esses temas já estão sendo tratados, por isso que o IBAMA e a
2569 SEAP pretende a retirada desse ponto da pauta. Os dois pontos 3.1 e
2570 3.3

2571

2572 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2573

2574 O IBAMA não solicitou o da pesca profissional o que o IBAMA solicitou
2575 foi o da pesca amador.

2576

2577 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
2578 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2579

2580 Eu gostaria de solicitar à pessoa do IBAMA que está aqui. Desculpa.
2581 Na verdade eu acho que a gente poderia até buscar um
2582 esclarecimento.

2583 Mas a interpretação que a Secretaria está fazendo é essa diante da
2584 conversa que tivemos com o IBAMA, todavia a gente pode aguardar
2585 para a próxima reunião, poderia manter na pauta, mas ... para a
2586 próxima reunião a retirada. Deixaria o 3.6 e o 3.7. Mas, como eu
2587 estou falando, ambos os temas são tratados com a mesma base, a
2588 pesca amadora e a pesca profissional. Ou seja, eu não vejo de que
2589 forma tratar o licenciamento ambiental pra uma sem passar pra
2590 outra.

2591

2592

2593

2594 **Ugo Eich Vercillo - DIFAP/IBAMA**

2595

2596 Marcelo, com relação ao tema, eu liguei para o Felipe agora, ele está
2597 se dirigindo aqui pelo IBAMA, CONAMA, na reunião conosco, mas só
2598 para título de informação a questão que foi levantada para que
2599 existisse uma regulamentação do setor ambiental da pesca
2600 profissional foi em virtude de uma demanda do Ministério Público do
2601 Rio Grande do Sul. Em função disso o IBAMA identificou essa
2602 atividade e trouxe ao CONAMA pra essa discussão. O pessoal
2603 chegando aí, aí pode estar constando maiores esclarecimentos a
2604 respeito do tema.

2605

2606 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2607

2608 Enquanto nós aguardamos a chegada do Clemeson, acho que nós
2609 podemos aproveitar, pelo que nós percebemos dessa pauta, resta-
2610 nos constituir dois grupos de trabalho, aliás, um deles já está
2611 constituído que era aquele grupo de trabalho coordenado pela Mary
2612 Sorage P. da Silva, que ela reuniu, que é o referente ao item da
2613 pauta... 1 e 2 aliás. E deixando um outro grupo de trabalho
2614 independente para as espécies exóticas introduzidas... Não, dois. Um
2615 que engloba aqüicultura e pesca ...

2616

2617 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

2618

2619 ... É o que a Elizabeth está falando ou é só dessa parte? Vai vir o da
2620 fauna?

2621

2622 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2623

2624 Não, espera aí, eu estou falando agora do que falta, da fauna já está
2625 feito.

2626

2627 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2628

2629 É que você chegou atrasado, já tinha sido discutido.

2630 Bom, com esse grupo de trabalho que já tinha sido constituído... Com
2631 as seguintes entidades... Esse... cuja coordenadora é a Mary, seriam
2632 os membros permanentes do GT: SEAP, IBAMA, DILIQ/CGLIQ,
2633 DIFAP-CGREP e MMA/SBF, além de CNA que havia uma dúvida se
2634 CNA continuaria ou não. Na sugestão que havia para eliminar, dos
2635 membros pertencentes a esses órgãos, havia uma série de nomes,
2636 mas esses nomes provavelmente há um ano atrás eram aqueles
2637 sugeridos e hoje não serão os mesmos. Eu conversando antes do
2638 almoço com a Dominique, quando a gente trata desses temas que
2639 envolvem realmente aqüicultura, carcinicultura, etc..., introduções de

2640 animais exóticos, tem milhões de cientistas participando dentro das
2641 áreas do conhecimento que eles desenvolvem. Só que tem um
2642 detalhe que eu preciso esclarecer aqui à Câmara Técnica. Com a
2643 constituição dos grupos de trabalhos, aqueles membros que são
2644 convidados a integrarem um grupo de trabalho, quando fazem parte
2645 da comunidade científica, seja das universidades e tal, eles não têm o
2646 suporte financeiro das suas instituições para virem participar da
2647 Câmara Técnica, do grupo de trabalho, portanto dificilmente nós
2648 teremos cientistas técnicos especializados naqueles assuntos para
2649 participar desses grupos de trabalho, porque se eles integrarem, eles
2650 tem que pagar do próprio bolso para trabalhar de graça. Foi uma das
2651 questões que eu levantei anteriormente em outros grupos de
2652 trabalho, porque as nossas instituições, trabalhamos em instituições
2653 públicas, elas não subvencionam as viagens para os seus
2654 pesquisadores para esse tipo de coisa, diferentemente do setor
2655 produtivo que financia, ou de outras entidades. Bom, então, eu iria
2656 propor para integrar o grupo de trabalho alguns cientistas, mas eu
2657 não posso sugerir, porque eles não poderão vir com certeza, porque
2658 eles não serão subvencionados, porque não há verba dentro do
2659 Ministério para os grupos de trabalho uma vez que são 20 grupos de
2660 trabalhos em atuação dentro do Planalto. Então, eu precisava explicar
2661 essa situação de que tenho vários nomes para sugerir, mas diante
2662 dela eu não posso indicar.

2663

2664 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca -**
2665 **Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

2666

2667 Não é uma questão de buscar no regimento do CONAMA uma
2668 possibilidade, porque é possível sim a indicação, a solicitação de
2669 indicação de técnicos especialistas, obviamente, para que esse
2670 trabalho dos grupos de trabalho realmente tenha uma validade,
2671 tenha mérito, é preciso que os especialistas da área participem, não
2672 é? Eu concordo plenamente com a sra. Presidente, do ponto de vista
2673 que as instituições de ensino não teriam como "bancar" a vinda dos
2674 especialistas. A minha proposta é identificar se o regimento, porque
2675 há... porque para a plenária é possível. Eu gostaria de saber se o
2676 Ministério do Meio Ambiente não poderia estar... É um
2677 questionamento que eu faço até como se pudesse ser respondido de
2678 pronto agora, mas que fosse avaliado lá no âmbito do Ministério do
2679 Meio Ambiente e com ênfase no nosso diretor do CONAMA, do sr.
2680 Almir, a possibilidade do CONAMA ou do Ministério do Meio Ambiente
2681 estar acompanhando esse esquema.

2682 Eu quero salientar que do ponto de vista da Secretaria Especial de
2683 Aquicultura e Pesca e outros órgãos do Governo que compõem essa
2684 Câmara Técnica, nós poderemos estar verificando a possibilidade de
2685 estar auxiliando a vinda desses especialistas. Óbvio que não todos,
2686 nem dizer que a Secretaria aqui vai bancar a vinda de todo mundo. A
2687 Secretaria não tem nem orçamento para isso, ainda mais nesse

2688 momento que está todo mundo com recursos de custeio
2689 contingenciado pelo Governo Federal. Mas eu queria dizer o seguinte:
2690 que há sim a possibilidade de a gente avaliar dizendo: "Olha, esse
2691 técnico aqui é fundamental, no âmbito desse ponto de vista essa
2692 pessoa é fundamental." A gente faz uma avaliação que talvez até
2693 Secretaria possa estar auxiliando na vinda dessas pessoas também,
2694 certo? Assim como eu acredito que outros órgãos devam sinalizar da
2695 mesma forma. Existe dentro do Governo Federal uma perspectiva de
2696 trazer o que a gente chama de colaboradores eventuais. Essa
2697 caracterização de colaboradores eventuais existe pra todo Governo
2698 Federal. Então, o IBAMA pode utilizar essa caracterização de
2699 colaboradores eventuais, o Ministério do Meio Ambiente pode utilizar
2700 e o SEAP também pode. Eu só quero deixar claro o seguinte: que não
2701 é possível auxiliar, obviamente, em tudo, mas no que for possível,
2702 sra. Presidente.

2703

2704 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2705

2706 Só um esclarecimento. O que a Dominique me esclareceu que
2707 eventualmente para uma exposição de um técnico especializado de
2708 uma determinada área é possível, mas como integrante para um
2709 grupo de trabalho, para todas as reuniões é que não é possível, então
2710 é uma situação bastante complicada. Para que eu indique a
2711 Comunidade Científica para integrar um grupo de trabalho é inviável,
2712 porque presume-se que esse grupo de trabalho vai se reunir muitas
2713 vezes. Obviamente, se necessário, dentro de um contexto de se
2714 chamar um especialista para fazer uma exposição ninguém se nega a
2715 participar, mas eu estou falando pra integrar o grupo de trabalho.

2716

2717 **Felipe Monteiro Diniz - Assessor Técnico CONAMA**

2718

2719 Com relação a essa questão, assim que eu entrei no CONAMA, eu tive
2720 esse mesmo questionamento que a Presidente sobre esses problemas
2721 de bancar a vinda de especialistas. Me explicaram que o CONAMA
2722 apesar de não ter recursos para financiar a vinda para todos esses
2723 GT's, 20 GT's, um número relativamente alto de especialistas vindo o
2724 tempo inteiro, no início, quando precisa fazer humana exposição
2725 inicial o CONAMA faz a esforços para trazer o especialista, mas às
2726 vezes, outra forma que os GT's tem para trabalhar é quando eles
2727 deslocam as reuniões do GT para outros estados também. Não sei se
2728 é o caso aqui, mas muitas vezes acontece, pra que preencha a
2729 margem de especialistas. Então, às vezes se deslocam para a região
2730 sudeste, isso acontece muito. Mas é um problema comum a todas as
2731 câmaras técnicas de todos os GT's e aqui parece que não vai ser
2732 exceção mesmo. Agora, eu posso encaminhar também para o Nilo,
2733 Marcelo, essa tua proposta, esse sua boa política de colaboração que
2734 eu acharia formidável mesmo.

2735

2736 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2737

2738 Bom, então os órgãos que compõem a Câmara Técnica que acabei de
2739 mencionar... Continuam sendo as câmaras técnicas. Nós estamos
2740 tratando essas duas primeiramente a de espécies exóticas e a de
2741 aquicultura junto com carcinicultura. Seriam esses órgãos, alguém
2742 quer sugerir outros órgãos pra integrar essa Câmara Técnica?

2743

2744 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca -**
2745 **Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

2746

2747 Eu gostaria de estar sugerindo. Assim como o IBAMA tem infra-
2748 estruturas, o Governo Federal trabalha nas caixinhas. No caso do
2749 IBAMA tem a DILIC que trata da questão ambiental e as DIFAP's que
2750 eventualmente O mesmo acontece com a Secretaria Especial de
2751 Aquicultura e Pesca, onde nós temos uma estrutura que trata a
2752 questão do ordenamento uma outra estrutura que trata dos
2753 fomentos. Eu precisava ver na verdade as duas representações
2754 contempladas nessa estrutura, até para que a gente tivesse consenso
2755 dentro da própria instituição ao que está sendo tratado. Então, a
2756 minha proposta é que fosse colocada a SEAP, DIDAQ que seria
2757 Diretoria de Desenvolvimento de Aquicultura, DIDAQ e a
2758 SEAP/SUDAQ, Subsecretaria de Desenvolvimento.

2759

2760 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

2761

2762 Eu acho que talvez esse problema da vinda do pessoal possa ser
2763 resolvido, pelo menos em parte, pedindo-se ajuda aos órgãos
2764 estaduais. Os órgãos estaduais têm verbas para isso e todos eles têm
2765 especialistas em vários assuntos e talvez por aí a gente pudesse agir
2766 juntos.

2767

2768 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2769

2770 Mas eu acho que nesse caso deveria ser mesmo especialistas da
2771 área.

2772

2773 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

2774

2775 Por exemplo: a questão do SOS Mata Atlântica. Se você pedir para o
2776 SOS Mata Atlântica mandar uma pessoa ele manda; para a WWF do
2777 Brasil que é aqui em Brasília, a WWF do Brasil tem 70 projetos, eu
2778 até brinco lá, que é um mini-ministério de tanta coisa que tem. Mas
2779 tem técnicos, além de órgãos como a Confederação Nacional da
2780 Agricultura, da indústria. Então eu acho que, quem sabe podemos
2781 contar com esses órgãos, fazer uma lista de técnicos. É claro que
2782 cada técnico que venha de um órgão ele vai defender o ponto de
2783 vista do órgão que pertence, mas nós estamos aqui pra ouvir todos.

2784

2785 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2786

2787 Agora, eu posso até sugerir à Comunidade Científica dentro de cada
2788 especialidade, se isso é possível, virá alguém. Senão, não.

2789

2790 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

2791

2792 Você pode sugerir pra convidar, agora se não puder vir, paciência.

2793

2794 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2795

2796 Eu quis fazer aquela ressalva, porque poderia parecer que é omissão
2797 mas não é.

2798

2799 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

2800

2801 A Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, eu tenho muitos
2802 contatos lá, mandaria. Tarifa de reposição disso, daquilo tenho
2803 certeza que a CETESB manda.

2804

2805 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2806

2807 Bom, então a gente coloca a Comunidade Científica como...

2808

2809 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

2810

2811 Precisaria ver, talvez fazer uma lista...

2812

2813 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca -**
2814 **Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

2815

2816 Fazer uma lista. Acho que a alternativa é fazer uma lista e a gente
2817 tentar ver quais alternativas a gente consegue efetivamente
2818 emplacar. Não precisa ser...

2819

2820 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2821

2822 Existe uma lista preliminar aqui que foi a lista anterior. Ela consta
2823 aqui de ... Cerca de 60 pessoas. Nenhum grupo de trabalho com 60
2824 pessoas pode funcionar. É impraticável. A lista que já existia tem
2825 60...

2826

2827 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

2828

2829 Manda fazer uma lista nova.

2830

2831

2832 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
2833 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2834
2835 Tem que fazer uma lista nova.

2836
2837 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

2838
2839 Por exemplo, pra resolver hoje essa lista é um pouco difícil porque a
2840 gente não vai se lembrar de todos, mas que na outra semana o
2841 pessoal comunique sugerindo nomes, universidades, o pessoal dos
2842 estados.

2843
2844 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

2845
2846 Eu ia sugerir justamente isso. Como coordenador do grupo já temos
2847 algumas pessoas identificadas, estipulamos até data pra escalação,
2848 na segunda semana de julho lá no IBAMA. A partir da reunião, lá
2849 mesmo nós vamos colocar na internet, nessa primeira a gente já vai
2850 situar outras pessoa que podem ser chamadas. Então, deixar isso
2851 mais para o coordenador do grupo que necessariamente para a
2852 Câmara Técnica.

2853
2854 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2855
2856 Então, a Mary que é Coordenadora desse grupo de aqüicultura e
2857 carcinicultura, que é tudo a mesma coisa, vai se incumbir dessa
2858 parte.

2859 Agora, tem o assunto da introdução de espécies exóticas que é um
2860 outro grupo.

2861
2862 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

2863
2864 O Jardim Zoológico de São Paulo tem condições de mandar gente.

2865
2866 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2867
2868 Sim, mas eu acho que pra aqüicultura meio difícil, não é Dr. Paulo, o
2869 Jardim Zoológico pra aqüicultura é meio difícil, mas para outros
2870 assuntos sim. Para o seu grupo sim, para o seu grupo eu tenho uma
2871 sugestão ótima, o nosso diretor científico.

2872
2873 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

2874
2875 Como é que vai ficar o grupo?

2876
2877
2878
2879

2880 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2881

2882 O grupo de espécies exóticas, quem se candidata a ser coordenador
2883 do grupo entre os membros presentes?

2884

2885 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
2886 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2887

2888 Senhora Presidente, em virtude de não poder cumprir... como foi
2889 falado aqui pelo IBAMA. Essa temática é muito mais ampla do que a
2890 aqüicultura. A minha formação é de oceanógrafo mas a minha
2891 especialização na área de aqüicultura restringiu um pouco a minha
2892 capacidade de talvez de ter uma visão mais holística sobre esse
2893 tema. Porém, em virtude... Se possível o IBAMA estar comigo neste
2894 grupo de trabalho de alguma forma nos assessorando, ou
2895 secretariando, tudo bem, a gente poderia se habilitar à coordenação
2896 do grupo desde que não condicionar isso ao ... do IBAMA, não teria
2897 condições amplas de tocar essa questão.

2898

2899 **Felipe Monteiro Diniz - Assessor Técnico CONAMA**

2900

2901 Só pra não deixar esquecer a ordem aqui. É preciso escolher, além do
2902 coordenador, tem que ser escolhido, de acordo com o novo
2903 regimento, o relator desse grupo de trabalho entre os membros da
2904 Câmara. De acordo com o regimento não precisa ser um conselheiro.
2905 Pode ser um representante, pode até funcionário público. Mas o novo
2906 regimento pede que seja indicado um relator.

2907

2908 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
2909 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2910

2911 É isso que você está me dizendo? O relator poderia ser uma pessoa
2912 do IBAMA, ou seja, mesmo não compondo a Câmara Técnica ele pode
2913 ser?

2914

2915 **Felipe Monteiro Diniz - Assessor Técnico CONAMA**

2916

2917 Pode, pode. Pode ser um servidor público, pode ser...

2918

2919 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
2920 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2921

2922 De acordo com o novo regimento?

2923 **Felipe Monteiro Diniz - Assessor Técnico CONAMA**

2924

2925 De acordo com o novo regimento, mas é preciso um novo relator de
2926 acordo com o grupo de trabalho. Para todos os três grupos inclusive.

2927

2928 **Mary Sorage P. da Silva - Governo do rio Grande do Norte**
2929 **(RELATORIA)**

2930

2931 Aqui no regimento diz assim: Artigo 37 - "O coordenador e o relator
2932 do grupo de trabalho serão escolhidos pela respectiva Câmara
2933 Técnica entre os seus membros, sendo que para relator poderão ser
2934 indicados também servidores públicos, representantes de órgãos
2935 ambientais".

2936

2937 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2938

2939 Bom, então eu acho que não o IBAMA, mas algumas pessoas
2940 definidas do IBAMA, porque pelo que eu li aqui o relator é escolhido
2941 como um representante de um órgão e não o órgão. Então precisa
2942 alguém que assuma a responsabilidade de ser relator.

2943

2944 **Clemeson Pinheiro - DIFAP/IBAMA**

2945

2946 O IBAMA assume a responsabilidade na minha pessoa.

2947

2948 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2949

2950 Para essa Câmara Técnica de animais exóticos, não é?

2951

2952 **Clemeson Pinheiro - DIFAP/IBAMA**

2953

2954 Isso!

2955

2956 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2957

2958 Agora falta escolher o relator da Câmara Técnica de Aquicultura e
2959 Carcinicultura.

2960

2961 **Mary Sorage P. da Silva - Governo do rio Grande do Norte**
2962 **(RELATORIA)**

2963

2964 O IBAMA tem dois participantes também?

2965

2966 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2967

2968 Tem, tem.

2969

2970 **Mary Sorage P. da Silva - Governo do Rio Grande do Norte**
2971 **(RELATORIA)**

2972

2973 Se for órgão ambiental tem que ser o IBAMA, não é?

2974

2975 **Mary Sorage P. da Silva - Governo do rio Grande do Norte**
2976 **(RELATORIA)**

2977

2978 Poderia ser o IBAMA como relator?

2979

2980 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

2981

2982 Quem poderia ser?

2983

2984 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
2985 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

2986

2987 Qual a outra pessoa do IBAMA? Tem outra pessoa do IBAMA ou é só
2988 você?

2989

2990 **Clemeson Pinheiro - DIFAP/IBAMA**

2991

2992 Seria interessante que fosse alguém da diretoria de licenciamento,
2993 mas só que não tem ninguém presente eu não posso indicar. Eu acho
2994 que seria a diretoria mais indicada pra trabalhar nessa parte, porque
2995 serão tratadas questões específicas de licenciamento então alguém
2996 da diretoria de licenciamento, mas... Pela manhã tinha o Vanderlei aí
2997 eu acho que a gente pode até citar o nome dele.

2998

2999 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3000

3001 Poderá ser também servidores públicos, representantes de órgãos
3002 ambientais. Não pode ser o órgão, tem que ser a pessoa.

3003 Bom, Clemeson, daria para você consultar quem poderia ser, por
3004 favor?

3005

3006 **Clemeson Pinheiro - DIFAP/IBAMA**

3007

3008 Daria sim.

3009

3010 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3011

3012 Então, enquanto resolve quem será o relator falta o relator da outra
3013 Câmara Técnica que é Câmara Técnica de animais.

3014 Fernando!

3015

3016 **Luis Paulo Amaral - ABRASE**

3017

3018 Eu gostaria de indicar, Fernando, a Dra. Ana Raquel, do IBAMA. E em
3019 segundo plano o Dr. João, caso ela não possa.

3020

3021

3022

3023 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

3024

3025 Eu preferia que o pessoal até... Eu sugeri que o IBAMA... porque não
3026 necessariamente tem que ser órgão público, pode ser organização
3027 ambiental. Vamos fazer o seguinte, vamos deixar a Raquel, a menos
3028 que alguém do IBAMA sugira...

3029

3030 **Ugo Eich Vercillo - DIFAP/IBAMA**

3031

3032 Eu poderia ligar para ela agora e depois da reunião responder que o
3033 nome dela e de algumas pessoas, que foi indicado.

3034

3035 **Luis Paulo Amaral - ABRASE**

3036

3037 ...porque estava algumas pessoas... Aí conversa com eles.

3038 Fernando eu só sugeri, na verdade, a Dra. Ana, no caso ela está mais
3039 integrada e ela que dirigiu o grupo de trabalho dentro do IBAMA de
3040 bem-estar animal. De qualquer forma não sendo ela, é claro que o
3041 João seria uma boa indicação.

3042

3043 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

3044

3045 Para mim como coordenador ambos são bem-vindos. É só uma
3046 questão que o João é uma pessoa que estava aqui à frente e que veio
3047 defender. Então a gente fica um pouco constrangido, porque eu não
3048 conheço a Raquel fica difícil eu falar se eu aceito ela. Eu concordo
3049 com a tua proposta aí vai depender do IBAMA, qual a melhor
3050 indicação. Mas a gente concorda com a Raquel, sem problema
3051 nenhum.

3052

3053 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
3054 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

3055

3056 Senhora Presidente, a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca
3057 gostaria de propor ao grupo de trabalho da aqüicultura, como relator,
3058 o nome do Dr. Felipe Matarazzo Suplicy que estava aqui conosco
3059 hoje. Ele compõe a Secretaria de Aqüicultura e de Pesca, é
3060 Coordenador Geral de Aqüicultura, é PhD em aqüicultura na Nova
3061 Zelândia com mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina na
3062 área de aqüicultura a eu acho que poderia ser um nome bastante
3063 qualificado para auxiliar os grupos de trabalhos. É um nome que eu
3064 estou propondo aqui, que teria condições de indicá-lo, porque é uma
3065 pessoa extremamente qualificada.

3066

3067 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3068

3069 O Clemeson foi consultar outra pessoa.

3070

3071 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
3072 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

3073

3074 Estou colocando como uma possibilidade. Se não houver nenhum
3075 constrangimento, a gente poderia verificar aqui qual dos dois nomes
3076 contribuiria mais. Eu estou colocando porque ele é um membro da
3077 comunidade científica como PhD, certo? Que poderia estar
3078 contribuindo.

3079

3080 **Orador não identificado**

3081

3082 Mesmo assim ele pode participar do grupo também.

3083

3084 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
3085 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

3086

3087 Claro. Eu estou colocando ele porque ele está em Brasília, não teria
3088 problema de locomoção, não teria problema de faltar em reuniões, ou
3089 seja, o grande problema do grupo de trabalho é justamente a
3090 descontinuidade. O sujeito não vem. E aqui estando em Brasília ele
3091 poderia contribuir plenamente.

3092

3093 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3094

3095 Enquanto o Clemeson não retorna ele foi consultar o pessoal do
3096 IBAMA, nós aguardamos. A sugestão já foi feita pro relator do seu
3097 grupo e a composição. Acho que o único que não foi discutido ainda,
3098 ou já tinha sido discutido?

3099 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

3100

3101 A gente tem a composição está aqui na minha mão.

3102

3103 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3104

3105 Então, é essa que eu estou aqui. Olha, é a mesma coisa: IBAMA,
3106 DIFAP, COBRASE, ABRASE, RENCNTAS, Pró-animal.

3107

3108 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

3109

3110 A Prefeitura do Rio de Janeiro também.

3111

3112 **Luis Paulo Amaral - ABRASE**

3113

3114 A RENCNTAS solicitou desde o ano passado a saída integral da câmara,
3115 não está participando, a Dra. Dominique.

3116

3117

3118

3119 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

3120

3121 Porque *a priori* a gente não formalizou, a gente não formalizou o
3122 convite, então havia uma proposta, na verdade foi sugerido nomes
3123 para compor, mas a gente não fez um convite formal e muito menos
3124 eles nos retornaram isso. Isso tudo que foi falado foi informalmente.
3125 Então *a priori* eu deixaria o nome a gente faz o convite. Porque
3126 depois eles podem reclamar que a gente não fez o convite, sabe?
3127 Bota dentro, a gente vai mandar os convites, caso eles não queiram
3128 participar... Na verdade a gente inclui a Prefeitura do Rio. Já está de
3129 bom tamanho.

3130

3131 **Francisco Carrera - Secretaria de Defesa dos**
3132 **Animais/Prefeitura do Rio de Janeiro**

3133

3134 Secretaria de Defesa dos Animais da Prefeitura do Rio de Janeiro.

3135

3136 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3137

3138 Eu coloquei aqui prefeitura do Rio de Janeiro. Então é...

3139

3140 **Francisco Carrera - Secretaria de Defesa dos**
3141 **Animais/Prefeitura do Rio de Janeiro**

3142

3143 Secretaria de Defesa dos Animais.

3144

3145 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
3146 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

3147

3148 Senhora Presidente, uma solicitação na verdade de inclusão ao grupo
3149 da aqüicultura. Eu gostaria de, se possível ter projetado ali, a
3150 composição. Seria interessante visualizar qual a dimensão que está
3151 sendo dada a esses grupos de trabalhos na sua composição. Todavia
3152 a gente gostaria de propor... Nós temos duas entidades renomadas
3153 no país: uma é a AQUAPRIL, que é uma entidade formada por
3154 pessoas da comunidade científica e inclusive com pessoas da USP e
3155 que tratam a questão da aqüicultura que nós gostaríamos de vê-las
3156 neste grupo assim como gostaríamos de ver o pessoal da ABRAQ,
3157 Associação Brasileira de Aqüicultura. Então a AQUAPRIL e a ABRAQ
3158 são duas entidades com as quais nós gostaríamos de contar com a
3159 participação no grupo de trabalho de aqüicultura.

3160

3161 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3162

3163 Olha, como nós mencionamos, nós estamos com uma lista de 60
3164 nomes. Isso não funciona como grupo de trabalho, se nós
3165 ampliarmos muito nós vamos ter que escolher alguns nomes dentre
3166 esses. Se nós ampliarmos muito esse grupo de trabalho estará

3167 fadado a não funcionar. Então, não tenho nada, nem conheço essas
3168 associações e tal, mas eu acho que a gente não deve ampliar muito,
3169 porque senão não vai funcionar.

3170

3171 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
3172 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

3173

3174 Regimentalmente não há nenhum impeditivo que se faça constar
3175 dessa lista. Eu estou propondo as associações, gostaria vê-las
3176 contempladas e quanto a vinda das associações, se for o caso, a
3177 Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca adotará as medidas
3178 prováveis e possíveis pra que estejam aqui presentes.

3179

3180 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

3181

3182 Eurico Cabral de Oliveira que é professor titular da USP. Eu acho que
3183 ele poderia participar desse grupo por que o órgão às vezes precisa
3184 de ... e ele conhece a fundo a fauna marinha, botânica. E o outro
3185 seria o Paulo Malui, que é o presidente da OCA que é uma associação
3186 muito ligada ao pessoal da UNESCO, da biosfera. E também está
3187 ligada às instituições de proteção aos animais.

3188

3189 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3190

3191 Esse que o senhor está sugerindo então é pra aqüicultura, não é?

3192

3193 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

3194

3195 Um pra aqüicultura e outro é para animais.

3196

3197 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3198

3199 O Paulo Malui é para qual?

3200

3201 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

3202

3203 Para animais.

3204

3205 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3206

3207 Para os animais ameaçados.

3208

3209 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3210

3211 O IBAMA DILIQ, CGLIQ, tem vários tipos.

3212

3213

3214

3215 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca -**
3216 **Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

3217
3218 O IBAMA tem na verdade... É uma coisa só.

3219
3220 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3221
3222 É do IBAMA também?

3223
3224 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca -**
3225 **Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

3226
3227 O IBAMA estaria representado por duas diretorias: uma pela
3228 Coordenação de Licenciamento Ambiental e outra...

3229
3230 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3231
3232 Clemeson! Você já votou?

3233
3234 **Clemeson Pinheiro - DIFAP/IBAMA**

3235
3236 Estou aguardando um telefonema do Coordenador de Licenciamento.
3237 Ele vai me ligar dentro de instantes.

3238
3239 **Livia de Laia Loiola - MMA/SBF/NZCM**

3240
3241 Por favor, Presidente! Só porque ele perguntou da Ana Paula, ela era
3242 da SBF, mas ... florestas ... foi para o Conselho Marinho, então ela
3243 seria inclusive a pessoa para estar participando representando o
3244 ministério, ela junto com a coordenação dos grupos pesqueiros. Mas
3245 a gente está como componentes.

3246
3247 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3248
3249 O Clemeson está aqui?

3250
3251 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3252
3253 Também estávamos aguardando você por causa daquele assunto que
3254 consta da pauta da pesca amadora e pesca profissional, que houve,
3255 só voltando, solicitando um esclarecimento, porque houve a
3256 solicitação do IBAMA para retirar o referente à pesca amadora e não
3257 solicitação formal para retirada da pesca profissional.

3258
3259 **Clemeson Pinheiro - DIFAP/IBAMA**

3260
3261 Com relação à pesca profissional, a SEAP já se posicionou na última
3262 reunião que é uma matéria que diz respeito às competências das

3263 secretarias e que ela gostaria de aprofundar esta questão mais a
3264 nível de SEAP/IBAMA, porque a solicitação do IBAMA foi no sentido de
3265 algumas exigências que foram feitas no Rio Grande do Sul com
3266 relação a licenciamento ambiental para se exercer a pesca
3267 profissional, essas foram licenças judiciais. Então diante disso o
3268 IBAMA achou por bem levar o caso ao CONAMA para ver se disciplina
3269 o licenciamento da atividade de pesca profissional, mas a SEAP
3270 entende que é uma matéria que diz respeito as competências da
3271 Secretaria e que gostaria de aprofundar a discussão direta SEAP e
3272 IBAMA. Então ela solicitou ao IBAMA a carta e vai conversar com a
3273 SEAP. Caso chegue à conclusão que deve retornar ela faz uma nova
3274 solicitação ao CONAMA.

3275

3276 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3277

3278 Obrigada. Porque nós ficamos na dúvida sem uma esclarecimento,
3279 sabíamos que foi solicitada a retirada mas não tínhamos esse
3280 esclarecimento. Então agora o IBAMA e o SEAP se entendem. Então,
3281 retira-se de pauta que arquiva-se os dois processos, o 6 e o 7. Bom,
3282 agora só está faltando a indicação dos relatores representantes do
3283 IBAMA. E qual vai ser a dinâmica para a constituição dessas câmaras?
3284 O Dr. Paulo sugeriu que as pessoas se comuniquem. Agora, eu acho
3285 que nós não deveríamos fazer grupos de trabalhos imensos. Não
3286 funciona. Sessenta pessoas nunca vai funcionar. A minha sugestão é
3287 que até dez pessoas funcionam, mais que dez não funciona.

3288

3289 **Paulo Nogueira-Neto - ADEMA**

3290

3291 A questão é a seguinte: que os grupos de trabalho estão abertos a
3292 todos, então qualquer um... Se os 60 quiserem vir, eles vêm.
3293 Ninguém pode impedir.

3294

3295 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3296

3297 É complicado.

3298

3299 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

3300

3301 Não se preocupa com isso agora não. Porque se bota 60 vão 10,
3302 sabe? Então não esquenta a cabeça, deixa acontecer, deixa ser
3303 instalado.

3304

3305 **Ugo Eichler Vercillo - DIFAP/IBAMA**

3306

3307 Acabei de receber uma ligação da Associação Geral de Fauna do
3308 IBAMA e foi indicado o nome da Ana Raquel Farias Bezerra como
3309 relatora do grupo de trabalho.

3310

3311 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3312

3313 Então, está resolvido. Só falta dos outros dois que nós estamos
3314 aguardando. Por uma questão prática o da fauna, maus tratos etc. o
3315 grupo de trabalho vai ser instalado a semana que vem. Agora nós
3316 precisamos decidir a instalação dos outros dois grupos de trabalho: o
3317 da aqüicultura que engloba carcinicultura e outro de introdução de
3318 espécies exóticas.

3319

3320 **Fernando Castanheira - Setor Florestal**

3321

3322 Só um detalhe sra. Presidente. Só pra deixar claro e registrado: vai
3323 ser na segunda semana de julho a instalação, semana que vem,
3324 segunda semana de julho o grupo de trabalho de fauna.

3325

3326 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3327

3328 Na segunda semana, então na semana do dia 11.

3329

3330 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3331

3332 E a sua Marcelo?

3333

3334 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
3335 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

3336

3337 Em relação ao grupo de trabalho de espécies exóticas a nossa
3338 pretensão é fazer na segunda semana de julho ou na primeira
3339 semana de agosto, mas a intenção na verdade é entrar em contato
3340 com todos os integrantes ainda de hoje até amanhã e tentar passar
3341 essa data com a maior brevidade possível. Agora não haveria... eu
3342 estava conversando com o Clemeson, agora ele não teria nem sequer
3343 possibilidade de ver qual data é possível. A gente estaria fazendo
3344 uma e

3345 stimativa da segunda semana de julho ou da primeira semana de
3346 agosto. O mais breve possível. Eu conversava com eles aqui que não
3347 há intenção de passar um mês como o mês de julho ... O objetivo
3348 não é esse, o objetivo é ter resultado efetivo desse tipo de trabalho,
3349 mas é difícil tentar consensuar assim em cima da hora a agenda.

3350

3351 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3352

3353 O mais tardar será na primeira semana de agosto.

3354

3355 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

3356

3357 Faz assim, coloca a segunda semana de julho, se atrasar a gente...

3358

3359 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3360

3361 Não.

3362

3363 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

3364

3365 A minha pretensão é que seja antes.

3366

3367 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3368

3369 Bom, de qualquer forma até a nossa próxima reunião, no dia 13 de
3370 setembro nós teremos muitos retornos em todos em esses grupos de
3371 trabalho e do que já aconteceu. Enquanto nós aguardamos os... a
3372 resposta do IBAMA, dentro da nossa pauta, algum destino foi dado a
3373 cada um dos itens, seja ele bom ou não foi dado um destino. Então,
3374 nós entramos nos assuntos gerais, dentro dos assuntos gerais, a
3375 Daniele... É IBAMA.

3376

3377 **Danielle Blanc - Ministério do Meio Ambiente**

3378

3379 Aproveitando o tema e as discussões hoje, ocorridas hoje pela manhã
3380 a respeito do tema espécies exóticas, eu gostaria de fazer um
3381 informe aqui divulgando o evento que o Ministério, juntamente com o
3382 IBAMA em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz, EMBRAPA,
3383 Universidade Federal de Viçosa, Instituto Hórus, vai estar
3384 promovendo no período de 4 a 7 de outubro, aqui em Brasília, o
3385 primeiro simpósio brasileiro sobre a espécies exóticas invasoras. Eu
3386 tenho aqui, eu trouxe aqui para vocês um cartaz. O cartaz eu vou
3387 distribuir e maiores informações, quem quiser saber está na página
3388 do Ministério, www.mma.gov.br/invasoras. Esse é o cartaz, se vocês
3389 puderem levar e distribuir para a gente. Para a gente conseguir o
3390 máximo de participantes no evento.

3391

3392 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3393

3394 Então, muito obrigada, Danielle. Todos agradecem os cartazes e a
3395 informação. Alguém quer se manifestar nos assuntos gerais?

3396

3397 **Clemeson Pinheiro - DIFAP/IBAMA**

3398

3399 Presidente. A coordenação geral de licenciamento do IBAMA ele
3400 aceita participação como componente não como relatoria, então abre
3401 a possibilidade da SEAP indicar o relator do grupo de trabalho.

3402

3403 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**

3404

3405 Sra. Presidente, a proposta permanece pela indicação do Dr. Felipe
3406 Matarazzo Suplicy.

3407 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
3408
3409 Felipe Matarazzo Suplicy.
3410
3411 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**
3412
3413 E se ele não aceitar?
3414
3415 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
3416
3417 Ele aceita porque...como ele é o meu subordinado vai ter que
3418 aceitar...
3419
3420 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**
3421
3422 Não, é que a gente tem que pensar nessa hipótese, e se ele não
3423 aceitar?
3424
3425 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**
3426
3427 Então, o Felipe Matarazzo Suplicy. Quem fará a outra Câmara
3428 Técnica, para outro grupo de trabalho?
3429
3430 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
3431
3432 A mim já está decidido pelo Clemeson.
3433
3434 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**
3435
3436 Bom, ainda continuamos nos assuntos gerais. Quem mais quer fazer
3437 alguma manifestação?
3438
3439 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
3440
3441 Eu queria fazer um manifestação a respeito do cartaz apresentado
3442 pela Danielle, gostaria de fazer constar em pauta, que a tilápia
3443 introduzida no país, pelas instituições oficiais, dentre elas, pelo
3444 próprio IBAMA, que foi um dos importadores de tilápia, na época e
3445 disseminação do cultivo, que a tilápia, ela não se caracteriza como
3446 espécie invasora, ela é uma espécie introduzida, ela não ocorreu de
3447 forma acidental, ela foi introduzida de maneira... ciência de que
3448 estava sendo feita a introdução, ou seja, não se deu como uma
3449 espécie invasora e sim como uma espécie efetivamente introduzida
3450 pelos órgãos de fomento da aqüicultura à época, inclusive pelo
3451 próprio IBAMA e pelo DNOCS, certo? Foram os órgãos que
3452 basicamente ... da espécie.
3453
3454

3455 **Clemeson Pinheiro - DIFAP/IBAMA**

3456

3457 Eu gostaria de fazer um comentário. Como o IBAMA foi citado, eu
3458 gostaria de fazer uma colocação nesse sentido, porque na realidade o
3459 IBAMA herdou inicialmente, é bom que se ressalte isso, as
3460 competências dos quatro órgãos, entre eles a SODEP, que foi o órgão
3461 responsável pela introdução dessa despesa. Mas só que desde 1998
3462 todas as atividades de fomento saíram do IBAMA e passaram ao
3463 Departamento de Aqüicultura do Ministério de Aqüicultura que hoje é
3464 a SEAP.

3465

3466 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3467

3468 Só um esclarecimento. A maioria das espécies foi introduzida e virou
3469 invasora. Então são as duas coisas, porque, por exemplo, o pardal foi
3470 trazido, porque era um pássaro bonito e tal, e soltaram alguns
3471 pardais e hoje eles povoaram todas as cidades do Brasil. Então, na
3472 realidade todas elas, todas as invasões foram obra de algum ser
3473 humano, seja um órgão, seja um ser humano isolado, aqui são todos
3474 eles culpados.

3475

3476 **Marcelo Sampaio - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca -**
3477 **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**

3478

3479 Senhora Presidente desculpe, o ... colocou na minha colocação. Eu
3480 quero me redimir porque na verdade foi uma provocação. Foi uma
3481 provocação na verdade no sentido de desconstruir. Me desculpo com o
3482 meu colega do IBAMA ali, porque a gente tem uma convivência de
3483 longo tempo. Intimidade muito grande.

3484

3485 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3486

3487 Todas elas foram. Nós aqui na América do Sul, somos todos invasores
3488 também.

3489

3490 **Francisco Carrera - Secretaria de Defesa dos**
3491 **Animais/Prefeitura do Rio de Janeiro**

3492

3493 Eu gostaria de deixar à disposição do meu grupo de trabalho, o
3494 trabalho que a Secretaria tem feito em relação a programas de
3495 educação ambiental e de tratamento de algumas questões até
3496 mesmo de ordem local que se transfere, se transparece para a
3497 questão também das espécies invasoras. A questão do caramujo
3498 africano é um problema que cresce a cada dia, principalmente no
3499 município do Rio de Janeiro e nós já elaboramos uma comissão
3500 multidisciplinar onde já temos inclusive a participação de consultores
3501 de renome nacional e internacional, estamos ajudando e muito a
3502 promover o combate a esse tipo de aspecto enquadrado. Então, eu

3503 gostaria de deixar à disposição do grupo de trabalho, se for de
3504 interesse, é claro, todo o material que nós já temos desenvolvido na
3505 nossa comissão.

3506

3507 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3508

3509 Obrigada.

3510

3511 **Mary Sorage P. da Silva - Governo do Rio Grande do Norte**
3512 **(RELATORIA)**

3513

3514 Eu gostaria de pedir a permissão a todos e passar uma mensagem
3515 para a gente refletir um pouco: "Senhor morador, gostaria de
3516 informar que contrato de aluguel que acordamos há bilhões de anos
3517 atrás está vencendo. Precisamos renová-lo, porém temos que acertar
3518 alguns pontos fundamentais: 1. Você precisa pagar a conta de
3519 energia, está muito alta. Como você gasta tanto? 2. Antes eu fornecia
3520 água em abundância, hoje não disponho mais dessa quantidade.
3521 Precisamos renegociar o uso. 3. Por que alguns na casa comem o
3522 suficiente e outros estão morrendo de fome se o quintal é tão
3523 grande? Se cuidar da Terra - bota aí por favor - se cuidar da Terra vai
3524 ter alimentos para todos. 4. Você cortou as árvores que dão sombra,
3525 ar e equilíbrio. O sol está quente e o calor aumentou. Você precisa
3526 replantar novamente. 5. Todos os bichos e as plantas do imenso
3527 jardim devem ser cuidados e preservados. 6. Procurei alguns animais
3528 e não encontrei. Sei que quando aluguei a casa eles existiam. Não vi
3529 os peixes que moram nos rios e lagos. Você pescou todos, onde
3530 estão? 7. Precisa verificar que cores estranhas estão no céu. Não vejo
3531 o azul. 8. Por falar em lixo, que sujeira! Encontrei objetos estranhos
3532 pelo caminho: isopor, pneus, plásticos... Bom, é hora de
3533 conversarmos. Precisamos saber se você ainda quer morar aqui. Caso
3534 afirmativo, o que você pode fazer para cumprir o contrato? Gostaria
3535 de ter você sempre comigo, mas tudo tem um limite. Você pode
3536 mudar? aguardo respostas e atitudes. Sua casa, a Terra."

3537

3538 **Elizabeth Höfling - Comunidade Científica (Presidente)**

3539

3540 Com esse encerramento acho que podemos chegar ao final dessa
3541 reunião. Agradeço a presença de todos e espero que na próxima
3542 reunião nós consigamos dar conta de tudo isso que ficou para a
3543 próxima e até breve, muito obrigada.

3544

3545

3546

3547

3548 [F I M]

3549

3550 [STENOTYPE BRASIL LTDA.]